

Demonstrações contábeis regulatórias

CPFL Energias Renováveis S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	2
ATIVO.....	6
PASSIVO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	9
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	10
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	11
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	25
(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	26
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	30
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	31
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	32
(8) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	33
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	34
(10) OUTROS ATIVOS.....	37
(11) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA 38	
(12) IMOBILIZADO.....	43
(13) INTANGÍVEL	44
(14) FORNECEDORES.....	47
(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	47
(16) DEBÊNTURES	50
(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	51
(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	57
(19) PROVISÕES	58
(20) ADIANTAMENTOS	60
(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR	61
(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
(23) RECEITA / INGRESSO.....	63
(24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.....	64
(25) PESSOAL E ADMINISTRADORES	64
(26) RESULTADO FINANCEIRO.....	65
(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	65
(28) SEGUROS	69
(29) GESTÃO DE RISCOS.....	69
(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	71
(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	76
(32) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	76
(33) COMPROMISSOS.....	79
(34) EVENTOS SUBSEQUENTES	79



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A CPFL Energias Renováveis S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

A handwritten signature in purple ink, enclosed in a purple oval. The signature appears to read 'José Antonio de Andrade Navarrete'.

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.099	178.865
Títulos e valores mobiliários	6	18.610	7.426
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	198.541	201.793
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	79.898	75.907
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	19.952	10.770
Outros tributos a compensar	8	38.928	40.695
Derivativos	30	-	60.338
Outros ativos	10	60.609	97.892
Total do circulante		451.638	673.683
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	9.503	68.294
Coligadas, controladas e controladora	27	91.858	238.558
Depósitos judiciais	19	2.765	2.321
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	39.758	43.730
Outros tributos a compensar	8	26	-
Derivativos	30	32.724	27.741
Créditos fiscais diferidos	9	603.042	91.079
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	37.142	528.914
Outros ativos	10	36.328	33.560
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	11	7.242.673	6.880.310
Participação Societárias Permanentes		5.906.165	5.384.871
Propriedade para investimento - Bens de Renda		396.076	423.139
Ágio de incorporação		940.433	1.072.299
Imobilizado	12	786.818	784.077
Intangível	13	803.352	871.559
Total do não circulante		9.685.988	9.570.143
Total do ativo		10.137.626	10.243.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	14	131.301	139.496
Empréstimos e financiamentos	15	59.621	230.111
Debêntures	16	810.993	8.294
Entidade de previdência privada	17	7.786	3.149
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	94.911	878
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	29.165	56.475
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	27	-	2.026.115
Dividendos		-	188.218
Contas a pagar de aquisições		11.598	9.838
Provisões	19	-	-
Obrigações estimadas com pessoal		11.593	10.423
Adiantamentos	20	30.530	98.070
Outras contas a pagar	21	45.252	40.119
Total do circulante		1.232.751	2.811.186
Não circulante			
Fornecedores	14	-	2.756
Empréstimos e financiamentos	15	424.796	468.098
Debêntures	16	357.514	1.121.326
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	27	2.286.517	168.367
Entidade de previdência privada	17	39.896	49.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	5.139	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	-	-
Débitos fiscais diferidos	9	323.908	39.958
Provisões	19	53.538	59.916
Provisão para perda em investimento	11	-	41
Adiantamentos	20	634	786
Outras contas a pagar	21	1.019	2.093
Total do não circulante		3.492.961	1.912.639
Patrimônio líquido			
Capital social	22	4.032.292	4.032.292
Reserva de capital		588.009	590.379
Reservas de lucros		845.714	954.621
Resultado abrangente acumulado		(54.101)	(57.288)
Total do patrimônio líquido		5.411.914	5.520.002
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.137.626	10.243.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Explicativa</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita / Ingresso	23	1.708.320	641.140
Suprimento de Energia Elétrica		1.665.505	615.728
Energia Elétrica de Curto Prazo		42.816	25.413
Outras Receitas Vinculadas		-	-
Tributos		(158.082)	(62.973)
PIS-PASEP		(28.198)	(11.233)
COFINS		(129.884)	(51.740)
Encargos - Parcela "A"		(1.951)	(1.263)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(90)	(25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(91)	(85)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.770)	(1.153)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	23	1.548.287	576.904
Gastos Operacionais		(267.294)	(182.926)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(237.587)	(156.690)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(29.707)	(26.236)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(274.780)	(519.456)
Pessoal e Administradores		(42.979)	(69.784)
Entidade de previdência privada		(4.031)	(1.173)
Material		(15.742)	(16.077)
Serviços de Terceiros		(28.538)	(55.531)
Arrendamento e Aluguéis		(3.342)	(10.045)
Seguros		(2.461)	(2.419)
Provisões		(5.633)	(38.848)
Tributos		(50)	(776)
Depreciação e Amortização		(105.234)	(87.354)
Amortização de Ágio		(64.431)	(64.430)
Gastos Diversos		(4.024)	(1.866)
Outras Receitas Operacionais		1.684	11.774
Resultado da Atividade		1.006.213	57.448
Equivalência Patrimonial	11	707.007	629.309
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		26.044	28.352
Despesas financeiras		(258.778)	(208.362)
		(232.734)	(180.010)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		1.480.486	506.747
Despesa com Impostos sobre o Lucro	9	10.343	290.914
Lucro líquido do exercício		1.490.829	797.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de
2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	1.490.829	797.662
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	3.187	(22.768)
Resultado abrangente do exercício	<u>1.494.016</u>	<u>774.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.698.060	592.347	11.244	49.789	160.084	-	-	-	4.511.524
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(22.768)	774.894
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	774.894
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(22.768)	(22.768)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	39.625	-	(120.437)	116.120	-	-	(35.308)
Constituição de reserva de incentivo	-	-	-	-	(116.120)	116.120	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	39.625	-	-	-	-	-	(39.625)
Reversão da reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório	-	-	-	-	(4.317)	-	-	-	4.317
Transações de capital com os acionistas	334.232	(1.968)	-	(49.789)	(318)	-	748.303	(34.519)	233.587
Alteração em participação sem alteração no controle	-	5	-	-	-	-	-	-	5
Resgate de Ações	-	(1.973)	-	-	-	-	-	-	(1.973)
Incorporação acervo patrimonial CPFL Centrais Geradoras e cisão CPFL Geração	124.232	-	-	-	-	-	-	(34.519)	173.849
Aumento de capital direto por controladora	210.000	-	-	-	-	-	-	-	210.000
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.218)
Dividendo adicionais propostos	-	-	-	-	(318)	-	748.303	-	(747.985)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	(49.789)	-	-	-	-	(49.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.032.292	590.379	50.869	-	39.329	116.120	748.303	(57.288)	5.520.002
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	3.187	1.489.784
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.486.597
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	3.187	3.187
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	73.160	-	592	-	(318)	-	(69.497)
Constituição de reserva legal	-	-	73.160	-	-	-	-	-	(73.160)
Reversão de dividendos adicionais propostos não aprovados de exercício anterior para reforço de capital de giro	-	-	-	-	318	-	(318)	-	-
Reversão da reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório	-	-	-	-	(7.883)	-	-	-	7.883
Constituição de prejuízo regulatório após destinação societária	-	-	-	-	8.157	-	-	-	(4.220)
Transações de capital com os acionistas	-	(2.370)	-	-	(47.804)	-	(134.537)	-	(1.417.100)
Alteração em participação sem alteração no controle	-	(2.370)	-	-	-	-	-	-	(2.370)
Dividendos adicionais com reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	(47.804)	-	-	-	(47.804)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(439.152)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	-	(364.500)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	-	-	(747.985)	-	(747.985)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	613.448	-	(613.448)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	4.032.292	588.009	124.029	-	(7.883)	116.120	613.448	(54.101)	5.411.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro antes dos tributos	1.480.486	506.747
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	169.664	151.787
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.575	5.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	-
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	244.536	(3.843)
Despesa com entidade de previdência privada	4.031	1.173
Resultado de participações societárias	(707.008)	(629.309)
Perda na baixa de ativo não circulante	13.676	19.982
	1.207.963	51.793
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	62.040	(34.042)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	636.940	408.512
Tributos a compensar	(149.157)	(123.126)
Depósitos judiciais	(417)	224
Adiantamentos de fornecedores	(190)	(30.493)
Outros ativos operacionais	36.305	17.170
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(10.950)	51.297
Outros tributos e contribuições sociais	86.214	47.789
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(5.609)	(706)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(512)	(31)
Adiantamentos de clientes	(67.693)	31.597
Outros passivos operacionais	(3.494)	(47.687)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.791.440	372.297
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(77.268)	(95.867)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(109.221)	(59)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.604.951	276.371
Atividades de investimentos		
Aumento de capital em investidas	-	(552.809)
Redução de capital em subsidiárias	212.867	592.940
Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária	-	22.641
Aquisições de imobilizado	(92.792)	(77.855)
Adições de Intangível	(12.244)	(8.113)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados -aplicações	(19.248)	(12.133)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	7.006	104.276
Adiantamento para futuro aumento de capital	(37.893)	(257.372)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	-	(552.068)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	152.998	316.660
Outros	2.319	(1.968)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	213.013	(425.801)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	(5.859)
Amortizações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	(6.261)	(877.751)
Captação de empréstimos e debêntures	-	120.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(237.836)	(917.896)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.787.658)	(49.789)
Liquidação de operações com derivativos	70.026	2.004
Captações de mútuos entre coligadas, controladas e controladora	-	2.000.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1.961.729)	270.709
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(143.765)	121.279
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	178.865	57.586
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	35.099	178.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília - Campinas – São Paulo, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis;
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica;
- c) Comercialização de energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 791.398 e R\$ 658.330 respectivamente. O plano de financiamento da CPFL Renováveis e suas subsidiárias continua válido com aprovação pela Administração. O plano possui captações e adiantamentos para futuro aumento de capital, a depender das necessidades de caixa das empresas, e que serão executados até 31 de dezembro de 2022, conforme condições e tempestividade analisadas. Caso ocorra, pontualmente, alteração de custo de dívida, não há qualquer impacto de continuidade da empresa.

1.1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.
- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes

relacionadas.

- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de Power Purchase Agreement - PPAs e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que comprem energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2. Autorizações de exploração

A Companhia detém 6 autorizações para exploração de usinas, com potência total instalada de 314,6 MW:

Empreendimentos da Companhia	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
Bons Ventos	50,0	07/03/2003	30 anos
Canoa Quebrada	57,0	10/12/2002	30 anos
Enacel	31,5	12/11/2002	30 anos
Taíba Albatroz	16,5	23/12/2002	30 anos
Icaraizinho	54,6	27/08/2002	30 anos
Praia Formosa	105,0	04/06/2002	30 anos
Total	314,6		

Além dos empreendimentos acima, a Companhia detém:

- Concessão que se encerrará em 2042, prazo final da outorga da usina hidrelétrica (“UHE”) Rio do Peixe (18,1 MW), não podendo ser prorrogada;
- parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios);
- 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”) com 3,8 MW , sendo 4 usinas no Estado de São Paulo (Santa Alice, Lavrinha, São José e Turvinho), com capacidade instalada de 2,5 MW, cujo prazo de registro iniciou em junho de 2013 com encerramento indeterminado, e 2 usinas no Estado de Minas Gerais (São Sebastião e Pinheirinho) com capacidade instalada de 1,3 MW, cujo prazo de registro iniciou em agosto de 2013 com encerramento indeterminado;
- Empreendimento controlado em conjunto, Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), com participação de 25,01%, uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Além dessas autorizações, a Companhia também detém investimento nos seguintes empreendimentos:

1.3. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs)

As controladas diretas e indiretas possuem 41 concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL, das quais 40 estão em operação (453,1 MW) e 1 está em fase de construção (28 MW), para exploração do potencial hidrelétrico, somando um total de capacidade de energia instalada de 481 MW, representados pelos empreendimentos a seguir:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo
Minas Gerais					
SPE Barra da Paciência Energia Ltda. ("Barra da Paciência")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	12/1999	30 anos
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda. ("Boa Vista 2")	Sociedade limitada	Direta 100%	29,9	11/2015	35 anos
SPE Cocais Grande Energia Ltda. ("Cocais Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos
SPE Corrente Grande Energia Ltda. ("Corrente Grande")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,0	01/2000	30 anos
Mata Velha Energética Ltda. ("Mata Velha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	24,0	05/2002	30 anos
SPE Ninho da Águia Energia Ltda. ("Ninho da Águia")	Sociedade limitada	Indireta 100%	10,0	12/1999	30 anos
SPE Paiol Energia Ltda. ("Paiol")	Sociedade limitada	Indireta 100%	20,0	08/2002	30 anos
SPE São Gonçalo Energia Ltda. ("São Gonçalo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	11,0	01/2000	30 anos
SPE Varginha Energia Ltda. ("Varginha")	Sociedade limitada	Indireta 100%	9,0	12/1999	30 anos
SPE Várzea Alegre Energia Ltda. ("Várzea Alegre")	Sociedade limitada	Indireta 100%	7,5	12/1999	30 anos
Mato Grosso e Rio Grande do Sul					
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	7,0	(**)	
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A. ("Figueirópolis")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	19,4	05/2004	30 anos
		Total			
			184,81		

Localidade	Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
Paraná						
	Energética Novo Horizonte Ltda ("Novo Horizonte")	Sociedade limitada	Indireta 100%	23,0	11/2002	30 anos
Santa Catarina						
	SPE Alto Irani Energia S.A. ("Alto Irani")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	21,0	10/2002	30 anos
	SPE Arvoredo Energia Ltda. ("Arvoredo")	Sociedade limitada	Indireta 100%	13,0	11/2002	30 anos
	Ludesa Energética S.A. ("Ludesa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 60%	30,0	12/2002	30 anos
	SPE Plano Alto Energia S.A. ("Plano Alto")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	16,0	11/2002	30 anos
	SPE Salto Góes Energia Ltda. ("Salto Góes")	Sociedade limitada	Direta 100%	20,0	08/2010	30 anos
	Santa Luzia Energética Ltda. ("Santa Luzia")	Sociedade limitada	Direta 100%	28,5	12/2007	35 anos
São Paulo						
	Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. ("Chimay") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	38,1		
	Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mohini") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,2		
	Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. ("Jayaditya") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	39,5		
			Total	268,30		

A capacidade instalada de alguns empreendimentos compreende mais de uma concessão:

(*) A Chimay detém as concessões de Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim. A Mohini detém as concessões de Eloy Chaves, Jaguari, Monjolinho, Pinhal e Socorro. A Jayaditya detém as concessões de Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos.

(**) A CPFL Sul Centrais detém a exploração de Diamante, Andorinhas, Guaporé, Pirapó e Saltinho, cujas concessões tiveram início em 2005 com o prazo indeterminado, exceto a Usina Diamante, que tem o prazo até 2027.

O empreendimento SPE Cherobim Energia S.A ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW.

Além dos empreendimentos em operação citados acima, a Companhia possui 1 empreendimento em fase de desenvolvimento (Santa Luzia Alto, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW).

1.4. Complexos de geração eólica

As controladas diretas e indiretas possuem 43 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação com capacidade instalada total de 1.075,6 MW:

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada	Data	Prazo
Palmares do Sul (RS)					
Atlântica I Parque Eólico Ltda. ("Atlântica I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	28/02/2011	35 anos
Atlântica II Parque Eólico Ltda. ("Atlântica II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos
Atlântica IV Parque Eólico Ltda. ("Atlântica IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	04/03/2011	35 anos
Atlântica V Parque Eólico Ltda. ("Atlântica V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	22/03/2011	35 anos
Aracati (CE)					
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Rosa dos Ventos") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	13,7	19/06/2002	30 anos
Itarema (CE)					
Pedra Cheirosa I Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa I")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	04/08/2014	35 anos
Pedra Cheirosa II Energia Ltda. ("Pedra Cheirosa II")	Sociedade limitada	Direta 100%	23,1	23/07/2014	35 anos
Outras localidades (CE)					
Siif Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("SIFF Cinco")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	05/06/2002	30 anos
Eólica Paracuru Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Paracuru")	Sociedade limitada	Direta 100%	25,2	28/08/2002	30 anos
Touros (RN)					
SPE Costa das Dunas Energia S.A ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	28,4	01/01/2019	35 anos
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. ("Santa Mônica")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	01/04/2014	30 anos
Santa Ursula Energias Renováveis Ltda. ("Santa Úrsula")	Sociedade limitada	Indireta 100%	27,3	31/03/2014	30 anos
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de São Martinho")	Sociedade limitada	Indireta 100%	14,7	21/03/2014	30 anos
São Miguel do Gostoso (RN)					
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda. ("Ventos de Santo Dimas")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos
São Benedito Energias Renováveis Ltda. ("São Benedito")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,4	07/03/2014	30 anos
São Domingos Energias Renováveis Ltda. ("São Domingos")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	10/03/2015	30 anos
			Total	416,2	

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
<u>Parazinho (RN)</u>					
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	27/03/2013	30 anos
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	8,0	25/08/2010	35 anos
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	05/08/2010	35 anos
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	02/07/2010	35 anos
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	30/07/2010	35 anos
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	11/10/2010	35 anos
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	30/07/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos IX Ltda. ("Morro dos Ventos IX")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	28/07/2010	35 anos
<u>João Câmara (RN)</u>					
DESA Eurus I Ltda. ("Eurus I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	20/04/2011	35 anos
DESA Eurus III Ltda. ("Eurus III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	30,0	25/04/2011	35 anos
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	26/03/2013	30 anos
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade limitada	Direta 100%	30,0	18/04/2011	35 anos
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	25,2	26/03/2013	30 anos
SPE Juremas Energia S.A. ("Juremas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	16,1	29/09/2011	35 anos
SPE Macacos Energia S.A. ("Macacos")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	29/09/2011	35 anos
SPE Costa Branca Energia S.A. ("Costa Branca")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	20,7	14/10/2011	35 anos
SPE Pedra Preta Energia S.A. ("Pedra Preta")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	20,7	14/10/2011	35 anos
DESA Morro dos Ventos I Ltda. ("Morro dos Ventos I")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos II Ltda. ("Morro dos Ventos II")	Sociedade limitada	Indireta 100%	29,2	14/06/2012	35 anos
DESA Morro dos Ventos III Ltda. ("Morro dos Ventos III")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos IV Ltda. ("Morro dos Ventos IV")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	05/08/2010	35 anos
DESA Morro dos Ventos VI Ltda. ("Morro dos Ventos VI")	Sociedade limitada	Indireta 100%	28,8	28/07/2010	35 anos
			Total	606,2	

(*) A capacidade instalada total do empreendimento Rosa dos Ventos compreende as usinas Canoa Quebrada e Lagoa do Mato.

Localidade Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Data	Prazo
Touros (RN)				
SPE Costa das Dunas Energia S.A. ("Costa das Dunas")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95,1%	01/01/2019	35 anos
SPE Farol de Touros Energia S.A. ("Farol de Touros")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 90%	01/01/2019	35 anos
SPE Figueira Branca Energia Ltda. ("Figueira Branca")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos
SPE Gameleira Energia Ltda. ("Gameleira")	Sociedade limitada	Direta 100%	01/01/2019	35 anos

1.5. Empreendimentos de geração à biomassa

As controladas diretas possuem 8 autorizações outorgadas pela ANEEL em operação para exploração de energia movida a biomassa, somando um total de capacidade instalada de 394,3 MW:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (UF)	Capacidade de energia instalada (MW)	Data	Prazo
SPE Bio Alvorada Ltda. ("Bio Alvorada")	Sociedade limitada	Direta 100%	Minas Gerais	50,0	29/10/2012	30 anos
SPE Bio Coopcana Ltda. ("Bio Coopcana")	Sociedade limitada	Direta 100%	Paraná	50,0	14/02/2012	30 anos
CPFL Bio Formosa Ltda. ("Bio Formosa")	Sociedade limitada	Direta 100%	Rio Grande do Norte	40,0	15/05/2002	30 anos
CPFL Bioenergia Ltda. ("Bioenergia")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	45,0	24/09/2009	30 anos
CPFL Bio Ester Ltda. ("Bio Ester")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	40,0	21/05/1999	30 anos
CPFL Bio Buriti Ltda. ("Bio Buriti") (*)	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	74,3	16/12/2010	30 anos
CPFL Bio Ipê Ltda. ("Bio Ipê")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	25,0	03/05/2010	30 anos
CPFL Bio Pedra Ltda. ("Bio Pedra")	Sociedade limitada	Direta 100%	São Paulo	70,0	28/02/2011	35 anos
Total				394,3		

(*) Para o empreendimento CPFL Bio Buriti a participação da Companhia na capacidade instalada é de 50 MW.

1.6. Empreendimento de geração de energia fotovoltaica

A Companhia possui investimento em 1 empreendimento em operação para exploração do potencial de energia solar. O empreendimento, SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. ("Solar 1") possui capacidade instalada de 1,1 MW.

1.7. Outros empreendimentos

A Companhia possui participação em outros empreendimentos, conforme descritos abaixo:

Empreendimento	Tipo de sociedade	Participação societária	Atividade preponderante	Investidas
Sociedades de participação				
PCH Holding Ltda. ("PCH Holding")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Arvoredo, Barra da Paciência, Cocais Grande, Corrente Grande, Ninho da Águia, Paiol, São Gonçalo, Varginha e Várzea Alegre e Aiuruoca
SPE Turbina 16 Energias Ltda. ("Turbina 16")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	Campos dos Ventos I, III e V, São Benedito, Santa Mônica, Santa Úrsula, São Domingos, Ventos de Santo Dimas e Ventos de São Martinho.
Dobrevê Energia Ltda. ("DESA Dobrevê")	Sociedade limitada	Direta 100%	Sociedade de participação	DESA Eólicas (*), Novo Horizonte, Figueirópolis, Morro dos Ventos II, Ludesá, Mata Velha, WF1 Holding (*), Desa PCH II Energia S.A., Cherobim Energética S.A., Varginha Energética S.A., Eurus I, Eurus III, Morro dos Ventos I, Morro dos Ventos III, Morro dos Ventos IV, Morro dos Ventos IX, Morro dos Ventos VI.
Outros empreendimentos operacionais				
SPE Turbina 17 Energia Ltda. ("Turbina 17")	Sociedade limitada	Direta 100%	Comércio atacadista de partes e peças de máquinas e equipamentos	(**)
Outros empreendimentos sem atividade produtiva				
SPE Aiuruoca Energia Ltda. ("Aiuruoca")	Sociedade limitada	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	(***)
SPE Cachoeira Grande Energia Ltda. ("Cachoeira Grande")	Sociedade limitada	Direta 100%	Geração de energia elétrica	(**)
Cherobim Energética S.A. ("Cherobim Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
Varginha Energética S.A. ("Varginha Energética")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 100%	Geração de energia elétrica	
SPE Navegantes Energia S.A. ("Navegantes")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 95%	Comercialização de energia elétrica	(**)

- **Sazonalidade**

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- ❖ Parques eólicos: A menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;
- ❖ Usinas de Biomassa: A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- ❖ PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

1.8. Reestruturações Societárias

1.8.1 a) Reestruturação societária parcial CPFL Geração de Energia S.A.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020 e também descrito na nota 12.5, em 30 setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a segunda etapa do plano de reestruturação societária com objetivo de incorporação parcial da CPFL Geração de Energia S.A. à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019.

A reestruturação societária foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 22 de setembro de 2020, por meio da Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e nº 9.230/2020, bem como a proposta foi avaliada e aprovada internamente pelas Diretorias Executivas e Conselhos de Administração das empresas envolvidas, a CPFL Renováveis passa a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas ("UHEs"), anteriormente pertencentes

a CPFL Geração de Energia S.A., Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL.

As concessões citadas acima se encerrarão em 2042, prazo final das outorgas de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Com a reestruturação acima citada a CPFL Renováveis, passa a deter parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, anteriormente pertencente a CPFL Geração de Energia S.A. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”) e o prazo de concessão se encerrará em 2040. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,6 MW médios).

O acervo líquido contábil apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
Circulante	194.156	Circulante	340.960
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	84.999	Empréstimos e financiamentos	191.697
Derivativos	77.728	Outros impostos, taxas e contribuições	104.282
Outros Tributos a compensar	22.897	Outros passivos circulante	44.981
Outros Créditos	8.532	Não Circulante	203.817
Não Circulante	1.125.563	Débitos fiscais diferidos	172.288
Imobilizado	922.332	Outros passivos não circulante	31.530
Investimentos	125.772 (a)	Total Passivo	544.777
Intangível	75.579	Efeito líquido oriundo da cisão	(210.824) (b)
Outros ativos não circulante	1.880	Acervo Líquido	564.117
Total Ativo	1.319.719		

- (a) Investimento relacionado a Baesa - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), empresa controlada em conjunto, vide nota 1.6.1.b.
(b) O montante de R\$ 210.000, foi liquidado com o aumento de capital, vide nota 22.

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<u>Patrimônio Líquido</u>	564.117
Capital Social	108.139
Resultado abrangente acumulado	281.839
Lucros Acumulados	174.139

Em conjunto com a reestruturação societária, a CPFL Geração de Energia S.A. realizou um aumento de capital na CPFL Renováveis no montante de R\$ 210.000 com a emissão de 24.502 novas ações ordinárias com a expressa anuência da CPFL Energia que abre mão de seu direito de preferência para subscrição de novas ações. Após as supracitadas transações a participação da CPFL Geração e CPFL Energia na CPFL Renováveis passam a ser 50,85% e 49,15% respectivamente.

1.8.1 b) BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Empreendimento controlado em conjunto

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em

operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

A participação em BAESA foi transferida para a CPFL Renováveis como parte do acervo cindido, conforme acima mencionado (vide notas 12.1 e 12.4.3).

1.8.2 – Incorporação da CPFL Centrais Geradoras Ltda.

Conforme Fato Relevante publicado em 30 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a reestruturação societária com objetivo de incorporação total da CPFL Centrais Geradoras Ltda à CPFL Energias Renováveis S.A., em continuidade à comunicação realizada por meio dos fatos relevantes datados de 21 de maio de 2019, com extinção da CPFL Centrais Geradoras, que é sucedida pela CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de setembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
Circulante	2.846	Circulante	5.475
Caixa e equivalentes de caixa	1.890	Fornecedores	59
Consumidores, concessionárias e permissionárias	40	Outros impostos, taxas e contribuições	30
Imposto de renda e contribuição social a compensar	370	Mútuos com coligadas, controladas e controladora	5.356
Outros Tributos a compensar	513	Outros passivos circulante	31
Outros Créditos	32	Total Passivo	5.475
Não Circulante	18.436	Acervo Líquido	15.806
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.959		
Imobilizado	15.360		
Intangível	3		
Outros Ativos não circulante	114		
Total Ativo	21.281		

O acervo líquido foi reconhecido contabilmente em 30 de setembro de 2020 na CPFL Renováveis da seguinte forma:

<u>Patrimônio Líquido</u>	15.806
Capital Social	16.093
Lucros Acumulados	(287)

1.8.3 – Reestruturação societária PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e conseqüente extinção das empresas PCH Holding 2, Penedo Energia e Tombo Energia, anteriormente controladas 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que são sucedidas pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 30 de novembro de 2020 está demonstrado abaixo:

	30/11/2020				30/11/2020		
	PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia		PCH Holding 2	Penedo Energia	Tombo Energia
Ativo				Passivo			
Circulante	24.192	-	4	Circulante	-	9	1
Caixa e equivalentes de caixa	20.720	-	4	Outras Contas a Pagar	-	9	1
Dividendos a receber	3.408	-	-	Não Circulante	21.354	1	-
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos a compensar	64	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1	-
				Débitos fiscais diferidos	21.354		
Não Circulante	230.990	172	-	Total Passivo	21.354	10	1
Investimentos	230.990	-	-	Acervo Líquido	233.828	163	3
Imobilizado	-	172	-				
Total Ativo	255.182	172	4				

1.8.4 – Reestruturação societária Eólica Holding S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a reestruturação societária com objetivo de incorporação integral e consequente extinção da empresa Eólica Holding, anteriormente controlada 100% pela CPFL Renováveis, conforme acervo líquido, que é sucedida pela própria CPFL Renováveis.

O acervo líquido apurado na data base de 31 de dezembro de 2020 está demonstrado abaixo:

<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
Circulante	4.949	Circulante	4.252
Caixa e equivalentes de caixa	35	Imposto de renda e contribuição social a recolher	37
Títulos e valores mobiliários	72	Outros impostos, taxas e contribuições	2
Dividendos a receber	4.786	Dividendo e juros sobre capital próprio	4.207
Imposto de renda e contribuição social a compensar	48	Outros passivos circulante	5
Outros Tributos a compensar	8	Não Circulante	36.057
Não Circulante	276.479	Adiantamento para futuro aumento de capital	36.057
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.086	Total Passivo	40.309
Imposto de renda e contribuição social a compensar	60	Acervo Líquido	241.119
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.200		
Investimentos	239.133		
Total Ativo	281.428		

1.9 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e reflexos nas demonstrações contábeis regulatórias. As principais economias do mundo e blocos econômicos adotaram pacotes de estímulos que buscaram minimizar os efeitos danosos dos choques econômicos causados pelo vírus durante a pandemia.

Diversos governos têm acompanhado e controlado as medidas de proteção social em combate a pandemia e o avanço da vacinação, visando reduzir a velocidade de propagação do vírus. Tais medidas têm impactado diretamente na atividade econômica.

Apesar das medidas adotadas visando a proteção da vida, incluindo pesquisa, desenvolvimento, aprovação e aplicação de vacinas, e consequentemente razoável melhoria referente as principais métricas utilizadas para medir a contensão do vírus, até o dia 19 de janeiro de 2022, o Brasil registrou mais de 622 mil mortes, sendo que ao redor do mundo já passam de 5.5 milhões de óbitos por decorrência da Covid. Empresas e organizações têm empenhado esforços com finalidade de obter vacinas contra o vírus, e campanhas de vacinação tem sido adotada em diversos países, com resultados positivos com relação à redução de mortes e controle da pandemia. Ademais, a Companhia continua acompanhamento o surgimento de novas variantes, como o caso da Ômicron, e tomando

as medidas necessárias para identificar e reduzir os possíveis impactos nas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

a) Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações e demais medidas aplicáveis relacionadas à saúde;

b) Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário. O maior potencial impacto poderia ser principalmente nas controladas de energia eólica, no entanto, até o momento não houve indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas suas operações;

c) Avaliação das condições contratuais e das variações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação, com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez e monitoramento das despesas financeiras relativas a estes passivos. A Administração, está administrando internamente as melhores alternativas para perspectivas de entradas e saídas de caixa, como a distribuição de dividendos entre as controladas/controladora, sem prejuízo das devidas regulamentações e/ou acionistas bem como potenciais empréstimos a serem contratados;

d) Avaliação de eventuais renegociações e possíveis impactos da inadimplência nas geradoras:

Durante o ano de 2021 não foram verificadas inadimplências com alegações baseadas no cenário de retração macroeconômica, no entanto durante o ano de 2020, as Geradoras receberam notificações de alguns de seus clientes e o percentual referente à receita comprometida vinculada às distribuidoras que enviaram notificações foi inferior a 7,7%, e não representou um risco potencial para o negócio, que até então realizaram os pagamentos na sua integralidade.

A expectativa da Administração é que as medidas regulatórias setoriais implementadas foram suficientes para mitigar os impactos das distribuidoras e conseqüentemente reduzir as expectativas de perdas relevantes nas respectivas receitas totais.

Adicionalmente, a administração entende que o foco em contratação de longo prazo para os contratos de energia é um forte indicativo de proteção contra eventuais impactos relevantes oriundos de uma possível retração econômica.

Considerando as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há efeitos relevantes em suas demonstrações contábeis regulatórias.

O efeito financeiro e econômico para Companhia e suas controladas ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da possibilidade de extensão do isolamento social e possíveis novas ondas de contágio. A Companhia e suas controladas seguem monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis regulatórias.

(2) BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações Contábeis regulatórias. Há diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira, e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa nº35, para melhor entendimento do leitor.

Conforme demonstrado na nota 1.8, a Companhia passou a ter a obrigação de entrega das demonstrações contábeis regulatórias a partir de setembro de 2020, por isso os saldos de anos anteriores não estão sendo apresentados, sendo que os mesmos podem ser identificados nas demonstrações financeiras societárias disponíveis no site da Companhia (ri.cpflrenovaveis.com.br).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 29 de abril de 2022. Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros e iii) ativo imobilizado e intangível.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis regulatórias que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos (principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração);
- Nota 10 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas das Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2021 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.2 Imobilizado em serviço

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Sociedade e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação/amortização é o valor depreciável/amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação/amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação/amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

3.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem. Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos. Adicionalmente considerando-se também por analogia condições previstas no referido CPC 04, o ativo que pode ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, e tendo como base os parâmetros que são determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. Tais montantes são transformados pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Essa compensação aos geradores hidroelétricos que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, é reconhecida como um intangível em contrapartida a compensação de custos com energia elétrica.

3.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.6 Instrumentos financeiros

Em conformidade com o CPC 38, adotado pela ANEEL:

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Sociedade possui os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Registrados pelo valor justo por meio do resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Sociedade gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 30.

3.7 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título

patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Novo MCSE a partir de janeiro de 2022:

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, conforme despacho Nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As principais alterações são:

- a) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- b) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações contábeis regulatórias;
- c) Alteração da Instrução Contábil 6.3.4 Ativo e passivo financeiro setoriais: basicamente para passar a considerar a natureza ativa ou passiva pelo valor líquido de cada ciclo tarifário, sendo os ciclos: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado;
- d) Alteração da Instrução Contábil 6.3.22 Aspectos socioambientais: basicamente regras para imobilizar ou despesar os gastos;
- e) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: basicamente criação de contas;
- f) Bandeiras Tarifárias: conforme técnica de funcionamento 7.2.22. Ativos e passivos financeiros setoriais, a bandeira tarifa faturada, passará a ser registrada como ativo ou passivo financeiro setorial no momento do faturamento, anulando o efeito na Receita operacional bruta. Quando a bandeira for homologada, será uma reclassificação para as contas específicas de CVA conforme despacho da referida homologação.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado e do intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	2.374	176.672
Aplicações financeiras	<u>32.725</u>	<u>2.193</u>
Títulos de crédito privado (a)	31.014	-
Fundos de investimento (b)	<u>1.711</u>	<u>2.193</u>
Total	<u>35.099</u>	<u>178.865</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em Certificados de Depósito Bancários ("CDBs") e Compromissadas, que possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (98,11% em 31 de dezembro de 2020).
- b) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 101,40% do CDI (81,03% em 31 de dezembro de 2020).

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos e valores mobiliários		
Através de fundos de investimentos	18.610	7.426
Total	<u>18.610</u>	<u>7.426</u>

Em 31 de dezembro de 2021 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT") ,através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2021 é de 101,40% do CDI (81,64% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Operações realizadas na CCEE (a)	4.217	6.544	-	10.761	4.280
Concessionárias e permissionárias	173.435	557	13.815	187.807	193.487
Outros	-	-	-	-	4.050
	177.652	7.101	13.815	198.568	201.817
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(27)	(25)
Total				198.541	201.793
Não circulante					
Operações realizadas na CCEE (a)	-	-	9.503	9.503	68.294
Total	-	-	9.503	9.503	68.294

(a) Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente a saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico. A Companhia e suas controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. Durante o exercício de 2021 parte do contas a receber foi recebido após as geradoras aderirem à repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Comercialização Livre – ACL e renunciarem às liminares relacionadas.

7.1 Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir :

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-	-
Reestruturação societária	(25)	(352)	(377)
Saldo em 31/12/2020	(25)	(352)	(377)
Provisão revertida (constituída) liquida	(2)	-	(2)
Saldo em 31/12/2021	(27)	(352)	(379)

(8) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	6.330	312
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>13.622</u>	<u>10.458</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>19.952</u>	<u>10.770</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.632	7.681
ICMS a compensar	135	837
Programa de integração social - PIS	4.445	7.190
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.601	24.864
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1	1
Outros	<u>113</u>	<u>122</u>
Outros tributos a compensar	<u>38.928</u>	<u>40.695</u>
Total circulante	<u>58.880</u>	<u>51.465</u>
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	3.370	-
Imposto de renda a compensar - IRPJ	<u>36.388</u>	<u>43.730</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	<u>39.758</u>	<u>43.730</u>
ICMS a compensar	<u>26</u>	<u>-</u>
Outros tributos a compensar	<u>26</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>39.784</u>	<u>43.730</u>

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	143.127	94.119
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(71.440)</u>	<u>(125.493)</u>
Subtotal	71.686	(31.374)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	397.707	261.305
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.184	9.800
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(198.445)</u>	<u>(348.592)</u>
Subtotal	207.447	(77.487)
Total	<u>279.133</u>	<u>(108.861)</u>
Total crédito fiscal	603.042	91.079
Total débito fiscal	(323.908)	(199.940)

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos citada na nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 12 e 13.

9.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	31/12/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	159	442
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	(2.184)	(6.066)	(5.383)	(14.953)
Marcação a mercado - Derivativo	122	340	(181)	(503)
Marcação a mercado - Dívidas	(203)	(564)	(66)	(185)
Depreciação acelerada incentivada	(19.884)	(55.232)	(22.966)	(63.795)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	162	450	162	450
Marcação a mercado - Derivativos	-	-	21	60
Marcação a mercado - Dívidas	-	-	(62)	(171)
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	-	-	(40.438)	(112.327)
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	12.397	34.435	13.583	37.731
Impostos diferidos - passivo:				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(13.652)	(37.922)
Intangível - direito de exploração/autorização	(51.729)	(143.691)	(58.142)	(161.505)
Total	(71.440)	(198.445)	(125.493)	(348.592)

9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

2022	89.581
2023	78.060
2024	86.034
2025	89.883
2026 a 2027	197.275
Total	540.834

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	2021		2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.480.486	1.480.486	506.747	506.747
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(707.007)	(707.007)	(629.309)	(629.309)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	55.532	57.098	192.988	194.228
Base de cálculo	829.011	830.577	70.426	71.666
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	74.611	207.644	6.338	17.917
Ajuste de créditos fiscais	(80.478)	(224.177)	70.783	195.877
Total	(5.867)	(16.533)	77.121	213.794
Corrente	(57.382)	(157.815)	(1.780)	(5.240)
Diferido	63.249	174.346	78.901	219.033

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao líquido entre (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros e (ii) parcela de crédito não constituído correspondente ao prejuízo gerado para o qual, neste momento, não há provável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à sua absorção.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 273.383 (R\$ 333.955 em 2020), refere-se principalmente a: (i) constituição de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 185.409 (R\$ 267.652 em 2020); (ii) despesa com benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 410 (R\$ 242 em 2020); e (iii) constituição de diferenças temporárias de R\$ 88.384 (R\$ 66.545 em 2020).

Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2021, a controladora possui créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 222.935 (R\$ 507.560 em 31 de dezembro de 2020), por não haver, naquele momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros. Este montante pode ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis.

Algumas controladas também possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2021, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 69.082 (R\$68.383 em 31 de dezembro de 2020). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(10) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber	1.003	-	21.640	22.008
Créditos a receber - rateios	33.829	53.920	-	-
Adiantamentos - plano de pensão	547	282	134	134
Adiantamentos - fornecedores	390	200	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	10.018	8.582
Serviços prestados a terceiros	-	572	-	-
Estoque	17.477	8.931	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-
Despesas antecipadas	4.391	3.657	4.536	2.836
Adiantamentos a funcionários	1.575	1.034	-	-
Indenizações de sinistros	-	-	-	-
Créditos a receber por desativação da Usina Macaco Branco	-	12.257	-	-
Outros	1.750	17.390	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(352)	(352)	-	-
Total	60.609	97.892	36.328	33.560

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas.

Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2021 R\$ 8.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2020) conforme histórico abaixo:

Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um consórcio com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

(i) O montante é composto da seguinte forma:

a. Em 31 de Dezembro de 2020 R\$ 46.454 e (R\$ 46.454 em 31 de dezembro de 2019) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).

b. (2)R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$ 1.000.

c. (3)Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.

d. (4)Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Estoque – Refere-se ao projeto de primarização iniciado no 3º trimestre de 2019, em substituição ao contrato do fornecedor Siemens Gamesa, para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados de Rio Grande do Norte e Ceará.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

(11) BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

11.1 Participações Societárias Permanentes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial Pelo patrimônio líquido da controlada	5.906.165	5.384.871
Subtotal	5.906.165	5.384.871
Ágio de incorporação	940.433	1.072.299
Total	<u>6.846.598</u>	<u>6.457.170</u>

11.1.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Participação no Capital %	31/12/2021				31/12/2021		31/12/2020	2021	2020
		Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação	patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
Alto Irani	100%	115.252	2.114	59.394	36.703	59.394	47.748	36.703	23.726	
Atlântica I	100%	92.337	43.081	80.327	11.393	80.327	86.147	11.393	10.750	
Atlântica II	100%	93.339	43.895	80.141	13.346	80.141	82.016	13.346	10.758	
Atlântica IV	100%	98.962	53.081	83.551	12.351	83.551	81.560	12.350	11.009	
Atlântica V	100%	101.772	50.579	91.225	14.080	91.225	97.264	14.080	8.520	
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.255.824	398.381	622.664	38.877	155.702	170.166	9.722	45.357	
Baixa Verde	95%	576	457	375	38	241	181	36	(40)	
Bio Alvorada	100%	133.184	48.912	98.735	(37.506)	98.735	145.706	(37.506)	6.966	
Bio Buriiti	100%	103.106	72.070	53.532	(20.179)	53.532	79.506	(20.179)	10.795	
Bio Coopcana	100%	130.309	50.853	109.122	9.664	109.122	117.094	9.664	15.536	
Bio Ester	100%	74.707	41.012	68.576	13.717	68.576	83.434	13.716	23.275	
Bio Formosa	100%	97.694	64.841	90.707	14.597	80.562	76.214	14.597	14.782	
Bio Ipe	100%	18.796	12.849	16.208	2.054	16.208	16.123	2.053	5.057	
Bio Pedra	100%	158.879	129.950	107.717	(14.704)	107.717	169.025	(14.704)	37.995	
Bioenergia	100%	61.484	41.889	56.698	13.918	56.698	54.910	13.918	10.085	
Boa Vista 2	100%	274.323	125.635	133.999	6.561	133.999	127.437	6.561	4.195	
Cachoeira Grande	100%	150	6.632	149	4	149	145	4	2	
Cajueiro	95%	782	199	600	43	319	288	41	(26)	
Campos dos Ventos II (a)	100%	115.021	79.602	87.275	6.895	87.275	-	6.895	-	
Chimay Empreendimentos	100%	102.704	48.021	66.624	18.548	66.624	67.667	18.548	33.780	
Corrente Grande	100%	-	-	-	-	-	54.666	-	3	
Costa Branca (a)	95%	79.176	39.915	69.919	8.911	64.631	74.194	7.792	82	
Costa das Dunas	95,143%	156.013	77.601	86.748	10.807	82.032	147.540	10.280	(13.730)	
Dobrevé	100%	1.157.196	838.866	1.109.446	152.886	1.103.363	814.017	153.916	76.680	
Eólica Paracuru	100%	50.217	19.530	39.768	32.357	39.768	32.970	32.357	19.144	
Eólica Holding	100%	-	-	-	-	-	-	-	22.098	
Eurus VI	100%	25.509	18.695	19.951	1.033	19.951	23.147	1.035	338	
Fardi de Touros	93,532%	144.781	57.469	59.352	2.201	55.133	26.998	2.079	(42)	
Figueira Branca	100%	65.061	26.519	29.839	3.479	29.839	14.316	3.478	176	
Gameleira	100%	100.672	53.647	58.722	5.241	58.722	23.881	5.241	2	
Jayaditya Empreendimentos	100%	40.406	2.082	5.065	2.873	5.065	6.716	2.873	15.204	
Juremas (a)	95%	57.504	29.567	45.277	8.646	41.540	32.890	7.731	5	
Macacos (a)	95%	73.888	41.286	58.656	10.730	53.793	41.134	9.359	7	
Mohini Empreendimentos	100%	77.408	1.269	21.460	20.078	21.460	20.110	20.078	32.895	
Navegantes	95%	111	396	61	33	58	-	32	(43)	
PCH Holding	100%	435.821	315.693	435.474	118.072	435.474	376.145	118.072	85.203	
PCH Holding 2	100%	-	-	-	-	-	-	-	26.251	
Penedo	100%	-	-	-	-	-	53.057	-	4	
Pedra Cheirosa I	100%	158.111	132.000	140.982	4.510	140.982	-	4.510	(12)	
Pedra Cheirosa II	100%	138.161	110.100	124.170	5.153	124.170	25.042	5.152	17.101	
Pedra Preta (a)	95%	76.476	36.010	65.850	11.296	60.625	132.915	10.211	(2.543)	
Piano Alto	100%	77.715	1.527	34.925	26.889	34.925	33.739	26.889	9.327	
Rosa dos Ventos	100%	50.221	15.740	43.745	20.309	43.745	122.003	20.309	5.852	
Salto Góes	100%	106.646	76.400	104.149	21.714	104.149	93.010	21.714	5.673	
Santa Clara I	100%	110.551	81.107	92.102	8.568	92.102	97.670	8.569	7.055	
Santa Clara II	100%	90.841	62.898	72.974	7.869	72.974	87.062	7.870	4.882	
Santa Clara III	100%	89.576	63.510	72.616	9.132	72.616	90.434	9.133	6.084	
Santa Clara IV	100%	89.517	62.322	70.700	6.823	70.700	84.130	6.823	3.586	
Santa Clara V	100%	89.525	64.076	71.921	7.845	71.921	-	7.846	-	
Santa Clara VI	100%	90.039	62.974	69.737	5.595	69.737	52.699	5.595	-	
São Gonçalo	100%	-	-	-	-	-	95.370	-	13.616	
Santa Cruz	100%	63.469	29.920	25.183	1.065	25.183	24.117	1.065	(33)	
Santa Luzia (a)	100%	179.984	89.314	174.513	34.084	174.513	174.866	34.083	6.684	
SIF Cinco	100%	85.004	42.662	74.734	27.827	74.734	56.007	27.827	11.722	
Solar I	100%	1.323	33	940	979	940	-	979	230	
Sul Centrais Elétricas	100%	26.701	14.183	15.636	261	15.636	15.375	261	(656)	
Tombo	100%	-	-	-	-	-	-	-	5	
Turbina 16	100%	1.161.445	876.475	1.159.250	94.228	1.159.250	903.351	94.228	67.399	
Turbina 17	100%	63.208	51.903	56.337	4.376	56.337	52.669	4.376	871	
Subtotal - Investimento pelo patrimônio líquido da controlada		8.241.477	4.709.739	6.417.820	816.270	5.906.165	5.384.871	783.004	693.645	
Amortização de ágio, líquido de efeitos fiscais								(64.383)	(57.315)	
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais								(10.243)	(10.242)	
Amortização de juros capitalizados								(1.370)	(1.415)	
Total						5.906.165	5.384.871	707.007	624.674	

(a) Controladas direta da CPFL Renováveis a partir das incorporações da Eólica Holding e PCH Holding 2 ocorridas em 2020.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 64.244 (R\$ 57.315 no ano de 2020) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Investimentos	Investimentos em 31/12/2020	Aumento / Redução de capital	Amortização/ Capitalização de Juros	Transferência entre investimentos e provisão para perdas com investimentos	Transferência entre investimentos e menos valia	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2021
Alto Irani	47.748	-	-	-	-	36.703	(25.056)	59.394
Atlântica I	86.147	-	-	-	-	11.393	(17.213)	80.327
Atlântica II	82.016	1.000	-	-	-	13.346	(16.221)	80.141
Atlântica IV	81.560	7.300	-	-	-	12.350	(17.659)	83.551
Atlântica V	97.264	-	-	-	-	14.080	(20.120)	91.225
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	170.166	-	-	-	-	9.722	(24.186)	155.702
Baixa Verde	181	24	-	-	-	36	-	241
Bio Alvorada	145.706	-	-	-	-	(37.506)	(9.466)	98.735
Bio Buriiti	79.506	-	-	-	-	(20.179)	(5.795)	53.532
Bio Coopcana	117.094	-	-	-	-	9.664	(17.636)	109.122
Bio Ester	83.434	(2.500)	-	-	-	13.716	(26.075)	68.576
Bio Formosa	76.214	(6.150)	-	-	-	14.597	(4.100)	80.562
Bio Ipê	16.123	(1.500)	(60)	-	-	2.053	(408)	16.208
Bio Pedra	169.025	-	(249)	-	-	(14.704)	(46.355)	107.717
Bioenergia	54.910	(5.550)	-	-	-	13.918	(6.581)	56.698
Boa Vista 2	127.437	-	-	-	-	6.561	-	133.999
Cachoeira Grande	145	-	-	-	-	4	-	149
Cajueiro	288	-	-	-	-	41	(10)	319
Campos dos Ventos II	52.699	33.200	-	-	-	6.895	(5.519)	87.275
Chimay	67.667	-	-	-	-	18.548	(19.591)	66.624
Costa Branca	54.666	18.101	-	-	-	7.792	(15.928)	64.631
Costa das Dunas	74.194	-	-	-	-	10.280	(2.442)	82.032
Dobrevé Energia	814.017	79.950	-	-	64.555	153.916	(9.075)	1.103.363
Eólica Paracuru	32.970	(2.700)	-	-	-	32.357	(22.859)	39.768
Eurus VI	23.147	(3.885)	(25)	-	-	1.035	(321)	19.951
Fardel de Touros	26.998	26.487	-	-	-	2.079	(430)	55.133
Figueira Branca	14.316	12.045	-	-	-	3.478	-	29.839
Gameleira	23.881	29.599	-	-	-	5.241	-	58.722
Jayaditya	6.716	-	-	-	-	2.873	(4.524)	5.065
Juremas	32.890	12.344	-	-	-	7.731	(11.425)	41.540
Macacos	41.134	20.906	-	-	-	9.359	(17.606)	53.793
Mohini	20.111	-	-	-	-	20.078	(18.729)	21.460
Navegantes	-	28	-	(1)	-	32	-	58
PCH Holding	376.145	-	-	-	-	118.072	(58.743)	435.474
Pedra Cheirosa I	147.540	(9.500)	-	-	-	4.510	(1.568)	140.982
Pedra Cheirosa II	132.915	(4.400)	-	-	-	5.152	(9.498)	124.170
Pedra Preta	53.057	14.881	-	-	-	10.211	(17.524)	60.625
Plano Alto	25.042	-	-	-	-	26.889	(17.006)	34.925
Rosa dos Ventos	33.739	-	-	-	-	20.309	(10.303)	43.745
Salto Góes	95.370	-	-	-	-	21.714	(12.935)	104.149
Santa Clara I	122.003	(32.670)	(240)	-	-	8.569	(5.560)	92.102
Santa Clara II	93.010	(22.301)	(216)	-	-	7.870	(5.389)	72.974
Santa Clara III	97.670	(25.261)	(186)	-	-	9.133	(8.740)	72.616
Santa Clara IV	87.062	(18.401)	(146)	-	-	6.823	(4.638)	70.700
Santa Clara V	90.434	(18.901)	(138)	-	-	7.846	(7.319)	71.921
Santa Clara VI	84.130	(16.471)	(110)	-	-	5.595	(3.407)	69.737
Santa Cruz	24.117	-	-	-	-	1.065	-	25.183
Santa Luzia	174.866	-	-	-	-	34.083	(34.436)	174.513
SIIF Cinco	56.007	-	-	-	-	27.827	(9.100)	74.734
Solar 1	-	-	-	(40)	-	979	-	940
Sul Centrais Elétricas	15.376	-	-	-	-	261	-	15.637
Turbina 16	903.351	240.600	-	-	-	94.228	(78.929)	1.159.250
Turbina 17	52.669	-	-	-	-	4.376	(708)	56.337
Total dos investimentos	5.384.872	326.277	(1.370)	(41)	64.555	783.003	(651.132)	5.906.164
Navegantes *	(1)	-	-	1	-	-	-	-
Solar 1 *	(40)	-	-	40	-	-	-	-
Total da provisão para perdas com investimentos	(41)	-	-	41	-	-	-	-

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, considerando que já renunciaram integralmente os pleitos em ações no judiciário referentes ao GSF, o empreendimento controlado em conjunto Baesa, em linha com a Lei nº 14.052/20, a Companhia reconheceu no resultado de equivalência patrimonial o montante total de R\$ 36.010, líquido dos impostos, equivalente à extensão de prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. O registro do ativo em 2020 ocorre em função de que estas empresas decidiram anteriormente pela repactuação em 2015 e não têm decisões econômicas relevantes a serem tomadas para o recebimento da extensão. Para mais informações vide nota explicativa 13.

11.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 13).

Nas demonstrações contábeis regulatórias estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 13).

11.3 Dividendo a receber e Adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFACs”)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

Controladas	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Alto Irani	-	1.718
Baesa	2.474	1
Bio Alvorada	9.466	-
Boa Vista 2	-	10.200
Cajueiro	10	-
Chimay	19.591	-
Costa Branca	2.137	4.532
Costa das Dunas	2.442	-
Dobrevê Energia	-	46.477
Eólica Paracuru	4.000	-
Farol de Touros	430	-
Jayaditya	4.524	-
Mohini	18.728	-
Juremas	2.068	2.354
Macacos	2.574	1.028
PCH Holding	-	3.000
Pedra Preta	2.709	1.685
Rosa dos Ventos	1.500	-
Santa Luzia	1.508	1.900
Siif Cinco	2.000	1.982
Sul Centrais Elétricas	1.030	1.030
Turbina 16	2.000	-
Turbina 17	708	-
	79.898	75.907

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2021 o montante de R\$ 526.718 a título de dividendos referente ao exercício de 2020 (R\$168.226 em 31 de dezembro de 2020, referente ao exercício de 2019). Adicionalmente, as controladas declararam em 2021 (i) R\$ 87.873 (R\$ 121.316 em 31 de dezembro de 2020) como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2021; (ii) R\$103.356 (R\$ 96.278 em 31 de dezembro de 2020) decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$ 12.355 (R\$ 4.814 em 31 de dezembro de 2020) como dividendo mínimo obrigatório. Em 2020, além desses montantes declarados, com as incorporações realizadas no exercício, foi acrescido ao saldo de dividendo a receber o montante de R\$ 3.987. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 601.932 (R\$ 408.512 em 31 de dezembro de 2020) foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2021.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Controladas	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Atlântica IV	-	7.300
Atlântica II	-	1.000
Baixa Verde	180	24
Cajueiro	150	-
Campos dos Ventos II	-	33.200
Costa Branca	-	17.986
Dobrevê Energia	-	111.450
Farol de Touros	-	26.487
Figueira Branca	-	12.045
Gameleira	-	29.599
Juremas	-	12.244
Macacos	-	20.798
Navegantes	22	-
Pedra Preta	-	14.780
Cherobim	36.790	-
Turbina 16	-	242.000
	37.142	528.914

11.4 Integração da CPFL Renováveis

Em 22 de setembro de 2020 por meio das Resoluções Autorizativas nº 9.229/2020 e 9.230/2020, a ANEEL autorizou a cisão parcial da CPFL Geração com versão de seu acervo líquido cindido para a CPFL Renováveis, a incorporação total da CPFL Centrais Geradoras pela CPFL Renováveis, e aumento de capital da CPFL Renováveis mediante a integralização de créditos pela CPFL Geração, com todas operações aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de setembro de 2020. A nova estrutura tem por objetivo gerar fortalecimento das estruturas administrativas e trazer sinergias para a Companhia.

11.5 Propriedade para Investimento – Bens de Renda

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo incorporação em 30/09/2020	4.675	144.131	66.587	217.397	-	69	-	432.859
Custo histórico	4.675	311.759	156.014	488.563	-	567	-	961.577
Depreciação acumulada	-	(167.628)	(89.427)	(271.166)	-	(498)	-	(528.718)
Baixas	-	(99)	-	(2.855)	-	-	-	(2.954)
Depreciação	-	(2.203)	(1.012)	(3.574)	-	(5)	-	(6.794)
Baixa da depreciação	-	-	-	28	-	-	-	28
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	4.675	141.829	65.575	210.997	-	64	-	423.139
Custo histórico	4.675	311.660	156.014	485.708	-	567	-	958.623
Depreciação acumulada	-	(169.831)	(90.439)	(274.711)	-	(503)	-	(535.484)
Depreciação	-	(8.813)	(4.046)	(14.182)	-	(21)	-	(27.063)
Saldo em 31/12/2021	4.675	133.016	61.529	196.815	-	43	-	396.076
Custo histórico	4.675	311.660	156.014	485.708	-	567	-	958.623
Depreciação acumulada	-	(178.644)	(94.485)	(288.893)	-	(524)	-	(562.547)

(12) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2019	4.147	-	97.920	583.617	591	1.444	84.988	772.707
Custo histórico	4.193	-	159.771	1.244.092	837	2.269	84.988	1.496.150
Depreciação acumulada	(46)	-	(61.852)	(660.474)	(246)	(825)	-	(723.443)
Adições	-	-	-	-	-	-	77.855	77.855
Baixas	(189)	(1.344)	(13.956)	(25.516)	(114)	(20)	-	(41.140)
Transferências	-	-	12.405	5.972	-	220	(18.597)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	99	-	2.827	-	-	3.971	6.897
Depreciação	(5)	(33)	(9.103)	(66.672)	(147)	(150)	-	(76.110)
Baixa da depreciação	-	929	685	16.550	18	12	-	18.194
Reestruturação Societária - custo	3.996	8.006	6.072	22.819	2.028	1.724	5.327	49.973
Reestruturação Societária - depreciação	-	(4.213)	(4.192)	(12.932)	(1.422)	(1.540)	-	(24.299)
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	7.949	3.444	89.829	526.666	954	1.690	153.544	784.077
Custo histórico	8.000	6.761	164.291	1.250.222	2.751	4.193	153.544	1.589.763
Depreciação acumulada	(51)	(3.317)	(74.462)	(723.556)	(1.797)	(2.503)	-	(805.686)
Adições	-	-	-	-	-	-	92.793	92.793
Baixas	-	-	(15.964)	(13.564)	(606)	-	-	(30.134)
Transferências	-	10	-	73.848	-	-	(73.858)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	1.877	1.877
Depreciação	(3)	(117)	(6.514)	(73.491)	(233)	(174)	-	(80.532)
Baixa da depreciação	-	1	3.454	14.706	575	1	-	18.737
Saldo em 31/12/2021	7.946	3.338	70.803	528.165	690	1.516	174.356	786.818
Custo histórico	8.000	6.771	148.327	1.310.506	2.145	4.193	174.356	1.654.299
Depreciação acumulada	(54)	(3.433)	(77.522)	(782.341)	(1.455)	(2.677)	-	(867.481)

O imobilizado em curso na controladora de R\$ 174.357 (R\$ 153.544 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente ao Plano de Recuperação e Disponibilidade (PRD) Suzlon e consumo de materiais e equipamentos em projetos em andamento.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

12.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2019	837.588	25.621	863.209
Custo histórico	916.736	38.460	955.196
Amortização acumulada	(79.148)	(12.839)	(91.987)
Adições	-	8.113	8.113
Amortização	(64.430)	(4.451)	(68.881)
Baixa e transferência - outros ativos	(2.493)	(3.971)	(6.464)
Reestruturação Societária	75.581	3	75.584
Saldo em 31/12/2020	846.245	25.314	871.559
Custo histórico	1.766.660	42.689	1.809.349
Amortização acumulada	(920.416)	(17.374)	(937.790)
Adições	-	12.244	12.244
Amortização	(74.397)	(4.177)	(78.574)
Transferência - outros ativos	-	(1.877)	(1.877)
Saldo em 31/12/2021	771.848	31.504	803.352
Custo histórico	1.766.660	53.056	1.819.716
Amortização acumulada	(994.813)	(21.552)	(1.016.365)

13.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2021	31/12/2020	
Intangível adquirido em combinações de negócio							
Intangível adquirido não incorporado							
Alto Irani	171.016	(84.829)	86.186	94.330	4,76%	4,76%	
Arvoredo	38.086	(18.944)	19.142	20.896	4,60%	4,60%	
Atlântica I	469	(115)	354	369	3,13%	3,13%	
Atlântica II	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Atlântica IV	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Atlântica V	469	(114)	354	369	3,12%	3,12%	
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-	
Barra da Paciência	82.973	(54.321)	28.652	32.232	4,32%	4,32%	
Bio Ester	15.874	(8.723)	7.151	8.094	5,94%	5,94%	
Boa Vista 2	74.049	(7.154)	66.896	69.216	3,13%	3,13%	
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-	
Campo dos Ventos I	3.642	(740)	2.902	3.038	3,75%	3,75%	
Campo dos Ventos II	5.576	(1.426)	4.150	4.321	3,07%	3,07%	
Campo dos Ventos III	3.642	(749)	2.893	3.029	3,74%	3,74%	
Campo dos Ventos V	3.642	(740)	2.902	3.038	3,75%	3,75%	
Cocais Grande	29.297	(16.842)	12.455	14.012	5,31%	5,31%	
Corrente Grande	49.995	(32.459)	17.536	19.706	4,34%	4,34%	
Costa Branca	49.482	(11.769)	37.713	39.232	3,07%	3,07%	
Costa das Dunas	5.278	(142)	5.137	5.278	-	-	
Eólica Paracuru	234.646	(114.025)	120.621	131.929	4,82%	4,82%	
Eurus I	65.603	(15.097)	50.506	52.565	3,14%	3,10%	
Eurus III	65.603	(15.097)	50.506	52.565	3,14%	3,10%	
Eurus VI	1.311	(376)	936	975	3,02%	3,02%	
Farol de Touros	4.060	(20)	4.041	4.060	-	-	
Figueira Branca	2.436	(44)	2.392	2.436	-	-	
Figueirópolis	6.672	(2.482)	4.189	4.529	5,09%	5,09%	
Gameleira	3.248	(32)	3.216	3.248	-	-	
Juremas	40.751	(9.718)	31.034	32.288	3,08%	3,08%	
Ludesa	132.073	(52.761)	79.312	87.030	5,46%	5,44%	
Macacos	53.384	(12.730)	40.654	42.296	3,08%	3,08%	
Mata Velha	25.463	(8.791)	16.672	18.169	5,88%	5,19%	
Morro dos Ventos I	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos II	3.169	(646)	2.523	2.608	2,69%	2,41%	
Morro dos Ventos III	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos IV	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos VI	50.926	(12.006)	38.920	40.558	3,22%	3,16%	
Morro dos Ventos IX	53.150	(12.531)	40.619	42.329	3,22%	3,17%	
Ninho da Água	29.297	(16.842)	12.455	14.012	5,31%	5,31%	
PaioI	58.594	(29.485)	29.109	31.838	4,66%	4,66%	
Pedra Cheirosa I	30.773	(5.631)	25.142	26.394	4,07%	4,07%	
Pedra Cheirosa II	32.772	(5.065)	27.706	28.832	3,43%	3,43%	
Pedra Preta	53.390	(12.699)	40.691	42.330	3,07%	3,07%	
Plano Alto	127.249	(63.120)	64.130	70.189	4,76%	4,76%	
Rosa dos Ventos	67.741	(28.944)	38.797	42.492	5,45%	5,45%	
Salto Góes	55.442	(18.202)	37.239	39.243	3,61%	3,61%	
Santa Clara I	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara II	5.229	(1.498)	3.732	3.889	3,02%	3,02%	
Santa Clara III	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara IV	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Clara V	5.229	(1.490)	3.739	3.896	3,00%	3,00%	
Santa Clara VI	5.229	(1.502)	3.728	3.886	3,02%	3,02%	
Santa Luzia	88.167	(28.441)	59.726	62.570	3,23%	3,23%	
Santa Mônica	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
Santa Ursula	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
Santo Dimas	5.963	(1.112)	4.851	5.069	3,67%	3,67%	
São Benedito	5.963	(1.127)	4.836	5.054	3,66%	3,66%	
São Domingos	5.963	(1.095)	4.868	5.076	3,50%	3,50%	
São Gonçalo	32.226	(18.444)	13.782	15.487	5,29%	5,29%	
São Martinho	5.963	(1.109)	4.854	5.072	3,66%	3,66%	
SIIF Cinco	139.766	(68.468)	71.297	78.088	4,86%	4,86%	
Varginha	26.367	(15.158)	11.209	12.610	5,31%	5,31%	
Varzea Alegre	21.973	(12.631)	9.341	10.509	5,31%	5,31%	
Subtotal	2.273.414	(870.454)	1.402.959	1.498.298			
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Eólica de Icarazinho	353.069	(171.571)	181.497	198.512	4,82%	4,82%	
Eólica de Formosa	227.113	(111.258)	115.855	126.889	4,86%	4,86%	
BVP Geradora	760.029	(348.654)	411.375	447.756	4,79%	4,79%	
Semesa	426.450	(363.329)	63.121	73.087	2,34%	2,34%	
Subtotal	1.766.660	(994.813)	771.848	846.245			
Total	4.040.074	(1.865.267)	2.174.807	2.344.542			

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

13.2 UBP/Intangível de concessão

Generation Scaling Factor (“GSF”)

Em 09 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, com vistas à compensação por riscos não-hidrológicos às usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). Em 1º de dezembro de 2020, a Aneel aprovou a Resolução Normativa (“REN”) nº 895, que regulamenta a Lei nº 14.052/2020 e que deverá permitir a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado, com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Baseada nessa resolução, a CCEE apresentou ao mercado e à ANEEL os cálculos individualizados por usina com o respectivo prazo de extensão de cada outorga.

Em 30 de março de 2021 foi publicada a REN nº 930, retificando o entendimento sobre o alcance dos benefícios e concedendo compensação aos geradores que repactuaram a energia do ambiente de contratação regulada (“ACR”) para os anos de 2012 a 2014.

Após publicação da REN nº 930/2021, o Tribunal de Contas da União (“TCU”) apresentou representação solicitando esclarecimentos por parte da ANEEL e determinando a abstenção da prática de qualquer ato decorrente da REN nº 930/2021, inclusive quanto a homologar valores de compensação ou estender prazo de outorga de usinas integrantes do MRE que aderirem ao art. 2º da Lei nº 14.052/2020, até que fosse analisado o mérito da representação.

Em 13 de julho de 2021, porém, foi sancionada a Lei nº 14.182/2021 que deu nova redação a Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga.

Como consequência das alterações descritas, em dezembro de 2021 as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tiveram o impacto do registro de (i) R\$ 44.828 no investimento consolidado com contrapartida na equivalência patrimonial, proveniente da controlada em conjunto BAESA. Esses montantes representam o valor justo do ressarcimento ao qual às subsidiárias do Grupo possuem direito a receber, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e acrescidos de um custo de capital próprio equivalente de 9,63%.

Outras informações sobre o intangível de concessão relacionado ao GSF (*Generation Scaling Factor*) estão divulgados nas notas explicativas 3.8 e 14.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

13.3 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(14) FORNECEDORES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	77.870	100.513
Encargos de uso da rede elétrica	2.837	122
Materiais e serviços	50.594	38.861
Total	<u>131.301</u>	<u>139.496</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	-	-
Materiais e serviços	-	2.756
Total	<u>-</u>	<u>2.756</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
TJLP e TLP	341.877	(40.914)	20.539	-	(20.553)	300.949
IGP-M	38.922	(16.125)	9.569	-	(3.161)	29.205
Total ao custo	<u>380.799</u>	<u>(57.039)</u>	<u>30.108</u>	<u>-</u>	<u>(23.714)</u>	<u>330.154</u>
Gastos com captação (*)	(129)	-	47	-	-	(82)
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Dólar	319.277	(180.797)	5.218	20.066	(6.194)	157.570
Marcação a mercado	(1.739)	-	(1.485)	-	-	(3.224)
Total ao valor justo	<u>317.538</u>	<u>(180.797)</u>	<u>3.733</u>	<u>20.066</u>	<u>(6.194)</u>	<u>154.346</u>
Total	<u>698.208</u>	<u>(237.836)</u>	<u>33.888</u>	<u>20.066</u>	<u>(29.908)</u>	<u>484.419</u>
Circulante	<u>230.111</u>					<u>59.621</u>
Não Circulante	<u>468.098</u>					<u>424.796</u>

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas a o custo - Moeda Nacional						
Pós fixado						
TJLP						
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	(a)	300.949	341.877	2012 a 2039	(i) Penhor e Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios (iii) Contas Reserva e Centralizadora; (iv) Penhor de Ações (v) Penhor de direitos emergentes das autorizações pela Aneel; (vi) Penhor de Ações das Beneficiárias; (vii) Fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; (viii) Fiança Bancária
			300.949	341.877		
IGPM						
Empréstimos bancários	IGPM + 8,63%		29.205	38.922	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; (ii) Penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação
Total moeda nacional			330.154	380.799		
Mensuradas a o valor justo - Moeda Estrangeira						
Dólar						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de (2,07% a 3,29%)		157.570	319.277	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado			(3.224)	(1.739)		
Total moeda estrangeira			154.346	317.538		
Gastos com captação (*)			(82)	(129)		
Total			484.419	698.208		

Taxa efetiva:

- a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.347 que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 1.941, contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.406.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	105.501
2024	93.069
2025	93.069
2026	40.915
2027	40.915
2028 a 2032	54.553
2033 a 2037	-
2038 a 2042	-
2043 a 2047	-
Subtotal	428.020
Marcação a mercado	(3.224)
Total	424.796

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020
IGP-M	17,79	23,14	3,97	4,06
IPCA	10,06	-	25,05	-
TJLP	4,80	4,87	57,74	49,25
CDI	4,40	2,78	13,24	46,69
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2021, a Companhia não obteve novas liberações de empréstimos e financiamentos.

Pré-pagamento:

No ano de 2021, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.737 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até outubro de 2030.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2 e 1,3.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.

- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”)

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

(16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Pós fixado				
CDI	840.117	38.425	(31.174)	847.367
IPCA	292.988	46.652	(16.186)	323.455
Total ao custo	1.133.105	85.077	(47.360)	1.170.822
Gastos com captação (*)	(3.486)	1.171	-	(2.315)
Total	1.129.619	86.248	(47.360)	1.168.507
Circulante	8.294			810.993
Não Circulante	1.121.326			357.514

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento	Garantias
Mensurado ao custo - Pós fixado					
CDI	De 104,75% a 110% do CDI	(a) 847.368	840.117	2019 a 2023	Não existem garantias
IPCA	IPCA + 5,62%	(b) 323.455	292.988	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia
		1.170.822	1.133.105		
	Custos de captação (*)	(2.315)	(3.486)		
	Total	1.168.507	1.129.619		

Taxa efetiva:

(a) De 104,68% a 110,77% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 6,31%

(*) conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2023	357.514
Total	<u>357.514</u>

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para debêntures emitidas pela Companhia e suas subsidiárias

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2021 no entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características:

17.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

CPFL Renováveis (CPFL Geração até 30/09/2020)

Conforme descrito na nota 11.5, foi aprovada a cisão parcial da CPFL Geração de Energia S.A. com versão do acervo para a CPFL Energias Renováveis S.A. Como consequência desta cisão, o passivo atuarial anteriormente registrado na CPFL Geração passou a ser de responsabilidade da CPFL Renováveis, no montante de R\$ 2.458 no curto prazo e R\$ 31.260 no longo prazo.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	173.628
Valor justo dos ativos do plano	(125.975)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	47.653
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	47.653
	31/12/2020
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	175.300
Valor justo dos ativos do plano	(122.879)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	52.421
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	52.421

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019	152.254
Custo do serviço corrente bruto	108
Juros sobre obrigação atuarial	11.274
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	22.053
Benefícios pagos no ano	(10.371)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	175.300
Custo do serviço corrente bruto	149
Juros sobre obrigação atuarial	13.019
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Benefícios pagos no ano	(12.487)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	173.628
	(105.914)
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019	(105.914)
Rendimento esperado no ano	(8.400)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Contribuições de patrocinadoras	(3.037)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.899)
Benefícios pagos no ano	10.371
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(122.880)
Rendimento esperado no ano	(9.141)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-
Contribuições de patrocinadoras	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Benefícios pagos no ano	12.487
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(125.975)

17.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 30/09/2020	33.638
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	704
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(1.330)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(18)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	34.578
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(15.151)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.421
Outras contribuições	26
Total passivo	52.447
Circulante	3.149
Não Circulante	49.298
	<hr/>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2020	52.421
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.027
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(5.607)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(45)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.308)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(834)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	-
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	47.654
Outras contribuições	28
Total passivo	47.682
Circulante	7.786
Não Circulante	39.896

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2022 estão apresentadas no montante de R\$ 7.700.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2022	15.294
2023	15.574
2024	15.864
2025	16.126
2026 a 2031	100.774
Total	163.632

Em 31 de dezembro de 2021, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,8 anos.

17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2022 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2021 são como segue:

	2022 estimadas
Custo do serviço	34
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa (receita)	4.156

	2021 realizadas
Custo do serviço	149
Juros sobre obrigações atuariais	13.019
Rendimento esperado dos ativos do plano	(9.141)
Total da despesa (receita)	4.027

	2020 realizadas
Custo do serviço	108
Juros sobre obrigações atuariais	11.274
Rendimento esperado dos ativos do plano	(8.400)
Total da despesa (receita)	2.982

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,40% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2022, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2021.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2021	2020
Renda fixa	69%	77%
Títulos públicos federais	38%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	1%	1%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	2%
Outros investimentos de renda fixa	28%	8%
Renda variável	26%	18%
Ações da CPFL Energia	0%	0%
Fundos de investimento em ações	26%	18%
Investimentos estruturados	1%	1%
Fundos de participação	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	2%	1%
Depósitos judiciais e outros	2%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2022
Renda Fixa	45,0%
Renda variável	32,6%
Imóveis	2,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	10,0%
Investimentos no exterior	8,6%
	100,00%

A meta de alocação para 2022 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2021 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2022, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Vivest e a Fundação Família Previdência, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos e o plano de desinvestimento daqueles que não o são.

As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p. +0,25 p.p.	3.879 (3.727)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano -1 ano	(4.143) 4.099

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,41%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,16% a.a. e 9,66% a.a..

** A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da Vivest e BREMS sb v.2015 para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Vivest o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Vivest e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“Stress Test”).

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos da Vivest e da Fundação Família Previdência determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	72.579	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	22.332	878
Imposto de renda e contribuição social a recolher	94.911	878
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	309
Programa de integração social - PIS	2.903	5.132
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.101	22.297
Outros	8.160	28.738
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	29.165	56.475
Total Circulante	<u>124.076</u>	<u>57.353</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	4.289	-
Contribuição Social a pagar	851	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.139	-
ICMS a pagar	-	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-
Total Não circulante	<u>5.139</u>	<u>-</u>

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 19.1 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES

	Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 19.1)	8.900	6.474
Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota 19.2)	44.637	53.442
Total	53.538	59.916

19.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	7.553	1.058	6.485	613
Cíveis	(52)	(8)	(10)	(8)
Fiscais	1.399	1.715	(1)	1.716
Outros	-	-	-	-
Total	8.900	2.765	6.474	2.321

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	6.485	1.276	(360)	(236)	388	7.553
Cíveis	(10)	67.282	(67.050)	(277)	4	(52)
Fiscais	(1)	1.400	-	-	-	1.399
Total	6.474	69.957	(67.410)	(512)	392	8.901

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais** - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	3.548	3.373
Cíveis	277.492	381.890
Fiscais	1.542.248	1.379.283
Fiscais - Outros	1.026.601	968.376
Regulatório	12.089	3.964
Total	<u>2.861.978</u>	<u>2.736.886</u>

- a. **Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.
- b. **Cíveis** - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, a Bio Pedra recebeu um requerimento de arbitragem, no montante atualizado de R\$ 201.121, com declaração de inadimplência da Companhia no tocante às obrigações decorrentes do contrato de constituição de consórcio, referente à indenização em razão das perdas relacionadas ao inadimplemento contratual, condenação das requeridas ao pagamento das custas e despesas processuais, honorários despesas com árbitros e custas da arbitragem. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança, bem como do valor arbitrado, e entende que o risco de perda é possível.

- c. **Fiscais** - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 348.006 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 1.6). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 541.921 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa,

os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável.

- d. **Outros: Liminar GSF** – Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis regulatórias continua mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente. Em 08 de setembro de 2020, a Lei nº 14.052 foi publicada estabelecendo principalmente novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Em 01 de dezembro de 2020, a Aneel aprovou o texto da resolução normativa que regulamenta novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tal decisão permite a normalidade das liquidações do Mercado de Curto Prazo, recuperação e eficiência do mercado com redução da percepção de risco do setor elétrico.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$ 35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

19.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,77% (3,22% em 31 de dezembro de 2019), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

	31/12/2020	Efeitos da revisão da taxa de juros	Ajuste a valor presente	31/12/2021
Desmobilização de ativos	53.442	(12.789)	3.984	44.637
Total	53.442	(12.789)	3.984	44.637

(20) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2021 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Biomassa	-	-
Eólicas	31.164	98.856
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-
	31.164	98.856
Total do circulante	30.530	98.070
Total do não circulante	634	786

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consumidores e Concessionárias	1.480	1.317	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	129	104	-	-
EPE / FNDCT (*)	6	6	-	-
Folha de pagamento	2.891	1.588	-	-
Participação nos lucros	12.936	13.281	1.019	2.093
Alugueis a pagar	539	-	-	-
Taxas regulamentares	22.300	22.211	-	-
Outros	4.970	1.611	-	-
Total	45.252	40.119	1.019	2.093

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
Acionistas				
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2021, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 0,79 vezes o EBITDA em 2021 (1,14 vezes em 2020), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

Oferta Pública de Ações – CPFL Renováveis

Em 19 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração da CPFL Energia e a Diretoria da CPFL Geração aprovaram a realização de oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da CPFL Energias Renováveis, em circulação no mercado, para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e/ou saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA”), a ser realizada pela CPFL Geração, acionista controladora direta da CPFL Renováveis. A efetivação da OPA será destinada à aquisição de até 291.550 ações ordinárias de emissão da CPFL Renováveis em circulação no mercado, que representam, nessa data, 0,056% do capital social CPFL Renováveis.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia recebeu o deferimento da CVM relacionado ao pedido da OPA Conversão de Registro bem como para OPA Saída do Novo Mercado. O Edital de Oferta Pública, contendo todos os termos e condições da OPA, foi divulgado pela CPFL Geração em 06 de maio de 2020.

Em 21 de maio de 2020, a Companhia, por meio de Fato Relevante, informou que, naquela data, seu Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à aceitação da OPA pelos acionistas da Companhia, conforme parecer aprovado em reunião realizada naquela data.

Em 5 de junho de 2020, a CPFL Geração, por meio de Fato Relevante, informou que o preço de aquisição definitivo para o leilão da OPA, após os ajustes previstos no item 4.5 do Edital, era de R\$ 18,24 por ação ordinária, a ser pago integralmente à vista na data de liquidação financeira (15 de junho de 2020) o leilão da OPA.

Em 10 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, unificando as modalidades para fins de conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” (“OPA Conversão de Registro”) e saída do Novo Mercado (“OPA Saída do Novo Mercado”, e, em conjunto com a OPA Conversão de Registro, “OPA” e “Leilão”, respectivamente) realizado naquela data na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). Como resultado do Leilão, a CPFL Geração (“Ofertante”) adquiriu 183.539 ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, representativas de 0,035% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 18,24, totalizando o valor de R\$ 3.347.751,36 (três milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos). Com a liquidação financeira das aquisições realizadas no Leilão, que ocorreu em 15 de junho de 2020, as ações em circulação remanescentes passaram a representar 0,021% do capital social da Companhia. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no Leilão superou o montante mínimo necessário para a conversão de seu registro de companhia aberta categoria “A” para categoria “B” na CVM, de 2/3 das ações habilitadas no Leilão, a Companhia deu prosseguimento aos atos necessários para a conversão. As ações da Companhia imediatamente deixaram de integrar o segmento do Novo Mercado da B3, passando ao segmento básico da B3 até a manifestação da CVM quanto à conversão de categoria.

Em 19 de junho de 2020, a CPFL Renováveis, por meio de Fato Relevante, informou que o Conselho de Administração aprovou, naquela data, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a se realizar no dia 7 de julho de 2020 (“AGE”), para deliberar sobre o resgate da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. A AGE ocorreu naquela data e o resgate de ações foi aprovado. O preço do resgate é de R\$ 18,28 por ação, equivalente ao preço da OPA, ajustado pela variação da Taxa SELIC desde 15 de junho de 2020, data de liquidação da OPA, até a data de depósito do valor do resgate (22 de julho de 2020).

22.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 4.032.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2020), representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

22.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações no montante de R\$ 588.009 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 590.379 em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

22.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 853.598 (R\$ 962.778 em 31 de dezembro de 2020), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 124.030 (R\$ 50.869 em 31 de dezembro de 2020); ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iii) Dividendos adicionais propostos de R\$ 613.448 (R\$ 748.303 em 31 de dezembro de 2020), constituído a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2021 da Companhia.

22.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 54.101.

22.5 Dividendo e destinação do lucro líquido societário do exercício

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Para o exercício de 2021, os dividendos intercalares foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 347.509, apresentado na forma de dividendos intermediários declarados conforme proposta de destinação e aprovados pelas AGEs no dia 07 de Outubro de 2021 e 20 de dezembro de 2021.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.463.196
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	27.064
Lucro base para destinação	1.490.260
Reserva legal	(73.160)
Dividendos intermediários declarados	(803.652)
Dividendos adicionais propostos	(613.448)

(23) RECEITA / INGRESSO

	MWh mil		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020
Receita de operações com energia elétrica				
Suprimento de energia elétrica	5.081	2.464	1.665.505	615.728
Energia elétrica de curto prazo	185	237	42.816	25.413
Total da receita / ingresso	5.266	2.701	1.708.320	641.140
Total da receita operacional bruta			1.708.320	641.140
Deduções da receita operacional				
ICMS			-	-
PIS			(28.198)	(11.233)
COFINS			(129.884)	(51.740)
Reserva global de reversão - RGR			-	-
Programa de P & D e eficiência energética			(90)	(25)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH			(91)	(85)
Outros			(1.770)	(1.153)
			(160.033)	(64.236)
Receita operacional líquida			1.548.287	576.904

(24) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Energia comprada para revenda	261.804	171.214
Crédito de PIS e COFINS	<u>(24.217)</u>	<u>(14.524)</u>
Subtotal	237.587	156.690
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	32.735	28.921
Crédito de PIS e COFINS	<u>(3.028)</u>	<u>(2.686)</u>
Subtotal	29.707	26.236
Total	<u>267.294</u>	<u>182.925</u>

(25) PESSOAL E ADMINISTRADORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal de Administradores		
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	20.794	58.853
Encargos	7.009	19.806
Previdência privada - corrente	763	169
Benefício pós-emprego - Previdência Privada		2.222
- Déficit ou superávit atuarial	4.059	
Despesas rescisórias	207	865
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	10.228	10.412
Outros benefícios - corrente	3.269	15.686
Outros (a)	<u>(1.551)</u>	<u>(44.237)</u>
Subtotal	44.777	63.776
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.685	4.579
Benefícios dos administradores	<u>(452)</u>	<u>2.693</u>
Subtotal	2.232	7.272
Total	<u>47.010</u>	<u>71.048</u>

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	10.235	5.807
Atualizações monetárias, juros e multas	10.639	8.692
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.306)	(1.269)
Receita decorrente de liquidações CCEE	6.141	14.083
Outros	336	1.038
Total	26.044	28.352
Despesas		
Encargos de dívidas	(87.737)	(101.754)
Atualizações monetárias e cambiais	(39.770)	(25.538)
(-) Juros capitalizados	-	-
Juros sobre contratos de mútuo	(118.661)	(63.490)
Atualização de débitos fiscais	(6.267)	(2.223)
Ajuste a valor presente	(3.705)	(4.261)
Comissoes, encargos e tarifas bancarias	(2.601)	(5.252)
Despesa decorrente de liquidações CCEE	(5)	(4.465)
Pré pagamento de dívidas	-	(767)
Outros	(32)	(151)
Total	(258.778)	(207.901)
Resultado financeiro	(232.734)	(179.549)

As rubricas de despesas com atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos do ganho com instrumentos derivativos no montante de R\$ 14.432 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 12.593 em 31 de Dezembro de 2020 (nota 30).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 os juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23, foram registrados no montante de R\$ 5.216. Para o exercício de 2020, não haviam juros capitalizados sobre os ativos qualificáveis.

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.

- b) **Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 2.116.305, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.

Ativo

Mútuo com controladas e coligadas	31/12/2021	31/12/2020
SPE Bio Alvorada Ltda.	20.608	20.908
SPE Bio Coopcana Ltda.	19.115	19.393
Ventos de Santo Dimas Ltda.	4.108	17.037
São Benedito Energias Ltda.	5.233	15.455
Mata Velha Energética Ltda.	6.209	14.942
São Domingos Energias Ltda.	3.572	14.047
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	-	13.403
Santa Úrsula Energias Ltda.	9.370	13.296
Santa Mônica Energias Ltda	3.886	12.133
SPE Salto Góes Ltda.	1.075	11.972
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	-	11.337
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	6.090	9.848
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	-	8.940
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	1.735	6.805
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	-	6.556
DESA Eurus III Ltda.	-	6.245
Ventos de São Martinho Ltda.	3.527	6.031
Pedra Cheirosa II Ltda.	-	5.925
Campo dos Ventos II Ltda.	3.107	3.148
Atlantica I Pq Eolico Ltda.	-	3.139
Atlantica V Pq Eolico Ltda.	-	2.985
SPE Varginha Energia Ltda.	1.842	2.839
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	-	2.795
Energética Novo Horizonte Ltda	2.382	2.417
Outras controladas	-	6.958
Total	91.858	238.558
Circulante	91.858	238.558

Passivo

Mútuo com controladas e coligadas	31/12/2021	31/12/2020
State Grid Power Participações S.A.	2.116.304	2.025.022
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	83.062	79.644
SPE Alto Irani S.A.	55.576	56.490
SPE Plano Alto Energia S.A.	31.575	33.326
CPFL Comercial Brasil SA	-	-
TI NECT Serv.Inform. LTDA	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	-	-
Total	2.286.517	2.194.481
Circulante	-	2.026.115
Não Circulante	2.286.517	168.367

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.

- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfa, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 2.028 (R\$ 8.304 em 2020), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue :

	DESPESA	
	2021	2020
Compra e venda de energia e encargos		
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	11.550	10.908
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	74	66
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia	17	15
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	1.924	1.770
Canarana Transmissoras de Energia S.A.	189	181
Catxere Transmissora de Energia S.A.	181	176
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	376	308
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	151	121
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	300	281
Iracema Transmissora de Energia S.A.	83	75
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	680	700
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	114	105
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	152	143
Luiziania-Niquelândia Transmissora S.A.	13	13
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	17	16
Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	653	585
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	444	425
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia S	1.204	1.137
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	125	120
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	340	322
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	112	107
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	411	393
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	111	107
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A	3.878	3.742

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
Alocação de despesas (a)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	2	-	27	3	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	75	145
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	-	-	-	-	-	27	91
CPFL Geração Energia S.A.	305	-	923	-	-	-	2.721	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	-	-	1	-	-	20	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	2	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	2	-	-	-	-	-	20	-
CPFL Total Serv. Adm.	20	-	-	-	-	-	80	-
CPFL Atende Cent.Cont. At	7	-	-	-	-	-	80	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	2	-	-	-	-	-	20	-
Adiantamentos (d)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	47.081	44.517	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	3.122	2.369	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	3.985	2.642	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	640	484	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	-	-	1.920	1.525	-	-	-	-
Outros	-	-	-	17	-	-	-	-
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	35	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	60	-	-	-	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	-	49	-	-	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	-	-	57	-	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	22	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos(c)								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	40.471	27.533	-	-	565.329	500.205	-	-
CPFL Geração Energia S.A.	5.436	-	-	-	535	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	34.215	15.086	356	-	207.377	52.595	1.319	5.471
Companhia Piratininga de Força e Luz	20.348	9.872	-	-	112.276	39.888	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	66	-	-
Companhia Leste Paulista Energia	-	-	-	-	-	5	-	-
Companhia Sul Paulista Energia	-	-	-	-	-	9	-	-
Companhia Jaguari de Energia	3.124	185	-	-	9.440	1.547	494	349
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	2	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	114	2	1
RGE Sul Distribuidora Energia S.A.	816	446	12	-	4.442	3.905	32	101
CPFL Transmissora Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	2	8
CPFL Transmissora Morro Agudo	-	-	-	-	-	-	3	9
Imobilizado, materiais e prestação de serviços (e)								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	18	7
Companhia Piratininga de Força e Luz	3	-	1	3	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	1	-	-	-	-	-	2	-
CPFL Geração Energia S.A.	249	-	-	-	-	-	652	-
CPFL Serviços Equipamentos Indústria e Comércio S.A.	-	-	493	3.061	-	-	11.095	15.368
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	744	477	-	-	661	408
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	1.684	1.304	-	-	1.304	894
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	12.854	10.376	-	-	8.767	7.679
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logística Ltda.	-	-	32	28	-	-	190	119
Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	455	-	-	-	-	221
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	84	-	-	-	-	92
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11
Mútuo (b)								
CPFL Geração Energia S.A.	-	-	69.176	-	-	-	3.004	29
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	11.545
State Grid Brazil	-	-	2.116.304	-	-	-	111.647	32.224
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	9.447	-	-	-	375	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	15.339	-	-	-	609	-
Outros								
CPFL Energia S.A.	-	-	97.011	-	-	-	-	-

(28) SEGUROS

A companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2021	31/12/2020
Ativo imobilizado	Riscos Operacionais , Lucros Cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de Engenharia e Multirisco	1.676.000	2.408.465
Transporte	Nacional e Internacional	26.615	69.101
Responsabilidade civil	Geral, Obras Civis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e RETA	100.000	140.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	140.205	124.060
Garantia	Seguro Garantia	844.890	559.707
Outros	Outros	150.000	150.000
Total		2.937.710	3.451.334

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração da CPFL Energia no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Adicionalmente, orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo está exposto, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo está exposto. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a o Grupo têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	31/12/2021	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	35.099	35.099
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	18.610	18.610
Derivativos	30	(a)	Nível 2	32.724	32.724
Total				86.433	86.433
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	330.073	330.127
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos(**)	15	(a)	Nível 2	154.345	154.345
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2	1.168.507	1.164.035
Total				1.652.925	1.648.507

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou um ganho de R\$ 1.485 em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$ 1.739 em 31 de dezembro de 2020).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	32.724	-	32.724	34.665	(1.941)	US\$ + de 2,07%	CDI + 0,8%	fev/25	120.000
Total	32.724	-	32.724	34.665	(1.941)				
Circulante	-								
Não circulante	32.724								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Derivativos				
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	85.443	19.248	(70.026)	34.665
Marcação a mercado (*)	2.636	(4.577)	-	(1.941)
Total	88.079	14.671	(70.026)	32.724
Ativo circulante	60.338			-
Ativo não circulante	27.741			32.724

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente em 31 de dezembro de 2020 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 2.636 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2021	2020	2021	2020
Variação cambial	19.248	11.674	-	-
Marcação a mercado	(4.816)	919	-	(238)
	14.432	12.593	-	(238)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia e de suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(154.346)		(16.241)	26.406	69.053
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	157.690		16.593	(26.978)	(70.549)
	3.344	baixa dolar	352	(572)	(1.496)
Total	3.344		352	(572)	(1.496)
Efeitos no resultado do exercício			352	(572)	(1.496)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,58 para o dólar.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 6,17 e a depreciação cambial de 10,52%, referente ao dólar em 31 de dezembro de 2021.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	586.079				71.443	89.304	107.165
Instrumentos financeiros passivos	(3.155.067)				(384.603)	(480.753)	(576.904)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(124.966)				(15.233)	(19.042)	(22.850)
	(2.693.953)	alta CDI	4,40%	12,19%	(328.393)	(410.491)	(492.589)
Instrumentos financeiros passivos	(29.205)				(1.936)	(2.420)	(2.904)
	(29.205)	alta IGP-M	17,79%	6,63%	(1.936)	(2.420)	(2.904)
Instrumentos financeiros passivos	(424.706)				(25.822)	(32.278)	(38.733)
	(424.706)	alta TJLP	4,80%	6,08%	(25.822)	(32.278)	(38.733)
Instrumentos financeiros passivos	(507.739)				(27.418)	(34.272)	(41.127)
	(507.739)	alta IPCA	10,06%	5,40%	(27.418)	(34.272)	(41.127)
Total	(3.655.603)				(383.569)	(479.461)	(575.353)
Efeitos no resultado do exercício					(383.569)	(479.461)	(575.353)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
- (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID - 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2021	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	177.688	-	-	29.461	-	-	207.149
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	39.576	23.499	114.352	434.605	282.283	522.642	1.416.957
Debêntures - principal e encargos	17	17.710	76.523	816.204	358.667	-	-	1.269.103
Taxas regulamentares		22.802	-	-	-	-	-	22.802
Outros	20	1.899	-	-	-	-	-	1.899
Consumidores e concessionárias EPE / FNDCT		1.892	-	-	-	-	-	1.892
		6	-	-	-	-	-	6
Total		259.675	100.022	930.556	822.733	282.283	522.642	2.917.910

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

O Grupo limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

O Grupo considera que o seus caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício de 2020 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito

concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Transações oriundas de incorporação:		
Contas a receber	-	87.973
Dividendos e JCP a receber	-	3.987
Títulos e valores mobiliários	-	72
Impostos a recuperar	-	23.685
Derivativos	-	77.728
Outros créditos	-	8.997
Depósitos judiciais	-	1.746
Baixas de AFAC em subsidiárias	-	2.858
Investimentos em joint ventures	-	125.772
Baixa de investimentos em subsidiárias	-	4.990
Imobilizado líquido de depreciação	-	937.862
Intangível líquido de amortização	-	75.583
Fornecedores	-	5.089
Empréstimos e financiamentos	-	190.222
Impostos diferidos passivo	-	192.874
Previdência privada	-	33.574
Obrigações tributárias	-	126.554
Obrigações trabalhistas	-	3.021
Outros passivos	-	13.275
Provisões para contingências	-	270
Empréstimos com controladas e controladora	-	1.269
	-	1.917.401
Outras transações:		
Transferência entre outros créditos e fornecedores	-	-
Transferência entre imobilizado e intangível	1.877	3.971
Dividendos deliberados a receber de controladas	640.932	380.435
Dividendos propostos a pagar para minoritários	-	-
Dividendos propostos a pagar para controladoras	1.599.440	238.007
Reversão dividendos deliberados para aumento de capital em controladas	10.200	-
Provisão para perda com investimentos	41	254
Aumento de capital com AFAC de controladas	529.665	-
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	4.250	13.106

(32) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

32.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2021				31/12/2020			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Ativo								
Ativo Circulante	451.638	-	-	451.638	673.684	-	-	673.684
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.099	-	-	35.099	178.865	-	-	178.865
Títulos e valores mobiliários	18.610	-	-	18.610	7.426	-	-	7.426
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	198.541	-	-	198.541	201.793	-	-	201.793
Dividendo e juros sobre capital próprio	79.898	-	-	79.898	75.907	-	-	75.907
Imposto de renda e contribuição social a compensar	19.952	-	-	19.952	10.770	-	-	10.770
Outros tributos a compensar	38.928	-	-	38.928	40.695	-	-	40.695
Derivativos	-	-	-	-	60.338	-	-	60.338
Outros ativos	60.609	-	-	60.609	97.892	-	-	97.892
Ativo Não Circulante	9.685.988	(471.835)	464.693	9.678.845	9.570.143	(91.079)	504.381	9.983.445
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	8.582	-	-	8.582
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	9.503	-	-	9.503	68.294	-	-	68.294
Coligadas, controladas e controladora	91.858	-	-	91.858	238.558	-	-	238.558
Depósitos Judiciais	2.765	-	-	2.765	2.320	-	-	2.320
Imposto de renda e contribuição social a compensar	39.758	-	-	39.758	43.730	-	-	43.730
Outros tributos a compensar	26	-	-	26	-	-	-	-
Derivativos	32.724	-	-	32.724	27.741	-	-	27.741
Tributos Diferidos	603.042	(471.835)	-	131.207	91.079	(91.079)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	37.142	-	-	37.142	528.914	-	-	528.914
Outros ativos	36.328	-	-	36.328	24.978	-	-	24.978
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7.242.673	(7.707.687)	464.693	-	6.880.310	(7.385.082)	504.773	-
Participações Societárias Permanentes	5.906.165	(5.935.779)	29.615	-	5.384.871	(5.418.718)	33.847	-
Propriedade para investimento - Bens de Renda	396.076	(831.475)	435.078	-	423.139	(894.065)	470.926	-
Ágio de Incorporação	940.433	(940.433)	-	-	1.072.299	(1.072.299)	-	-
Investimentos	-	6.876.212	-	6.876.212	-	6.491.017	-	6.491.017
Imobilizado	786.818	831.475	-	1.617.972	784.077	894.065	(392)	1.677.751
Intangível	803.352	-	-	803.352	871.559	-	-	871.559
Total do Ativo	10.137.626	(471.835)	464.693	10.130.484	10.243.827	(91.079)	504.381	10.657.129

	31/12/2021				31/12/2020			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Passivo								
Passivo Circulante	1.232.751	-	-	1.232.751	2.811.186	-	-	2.811.186
Fornecedores	131.301	-	-	131.301	139.496	-	-	139.496
Empréstimos e Financiamentos	59.622	-	-	59.622	230.111	-	-	230.111
Debêntures	810.993	-	-	810.993	8.294	-	-	8.294
Entidade de previdência privada	7.786	-	-	7.786	3.149	-	-	3.149
Imposto de renda e contribuição social a recolher	94.911	-	-	94.911	878	-	-	878
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	29.165	-	-	29.165	56.475	-	-	56.475
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	-	-	-	-	2.026.115	-	-	2.026.115
Dividendos	-	-	-	-	188.218	-	-	188.218
Contas a pagar de aquisições	11.598	-	-	11.598	9.838	-	-	9.838
Obrigações estimadas com pessoal	11.593	-	-	11.593	10.423	-	-	10.423
Adiantamentos	30.530	-	-	30.530	98.070	-	-	98.070
Outros contas a pagar	45.252	-	-	45.252	40.119	-	-	40.119
Passivo Não Circulante	3.492.960	(471.835)	147.927	3.169.052	1.912.639	(91.079)	159.982	1.981.542
Fornecedores	-	-	-	-	2.756	-	-	2.756
Empréstimos e Financiamentos	424.796	-	-	424.796	468.098	-	-	468.098
Debêntures	357.514	-	-	357.514	1.121.326	-	-	1.121.326
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	2.286.517	-	-	2.286.517	168.367	-	-	168.367
Entidade de previdência privada	39.896	-	-	39.896	49.298	-	-	49.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.139	-	-	5.139	-	-	-	-
Tributos Diferidos	323.908	(471.835)	147.927	-	39.958	(91.079)	159.982	108.861
Provisões	53.538	-	-	53.538	59.916	-	-	59.916
Provisão para perda em investimento	-	-	-	-	41	-	-	41
Adiantamentos	634	-	-	634	786	-	-	786
Outros contas a pagar	1.019	-	-	1.019	2.093	-	-	2.093
Total do Passivo	4.725.711	(471.835)	147.927	4.401.804	4.723.825	(91.079)	159.982	4.792.728
Patrimônio Líquido								
Capital Social	4.032.292	-	-	4.032.292	4.032.292	-	-	4.032.292
Reservas de Capital	588.009	-	-	588.009	590.379	-	-	590.379
Reservas de Lucros	845.714	-	7.883	853.597	954.621	-	8.157	962.778
Resultado abrangente acumulado	(54.101)	-	308.884	254.783	(57.288)	-	336.242	278.954
Total do Patrimônio Líquido	5.411.914	-	316.767	5.728.681	5.520.004	-	344.400	5.864.403
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	10.137.626	(471.835)	464.693	10.130.484	10.243.827	(91.079)	504.381	10.657.130

32.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2021				2020			
	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Societário	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.2)	Societário
Receita / Ingresso	1.708.320	1.856	-	1.710.176	641.140	12.974	-	654.114
Suprimento de Energia Elétrica	1.665.505	-	-	1.665.505	615.728	-	-	615.728
Energia Elétrica de Curto Prazo	42.816	-	-	42.816	25.413	-	-	25.413
Outras Receitas Vinculadas	-	1.856	-	1.856	-	12.974	-	12.974
Tributos	(158.082)	(172)	-	(158.254)	(62.973)	(1.200)	-	(64.173)
PIS-PASEP	(28.198)	(31)	-	(28.229)	(11.233)	(214)	-	(11.447)
COFINS	(129.884)	(141)	-	(130.025)	(51.740)	(986)	-	(52.726)
Encargos - Parcela "A"	(1.951)	-	-	(1.951)	(1.263)	-	-	(1.263)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(90)	-	-	(90)	(25)	-	-	(25)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(91)	-	-	(91)	(85)	-	-	(85)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.770)	-	-	(1.770)	(1.153)	-	-	(1.153)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.548.287	1.684	-	1.549.971	576.904	11.774	-	588.678
Gastos Operacionais	(267.294)	-	-	(267.294)	(182.926)	-	-	(182.926)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(237.587)	-	-	(237.587)	(156.690)	-	-	(156.690)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(29.707)	-	-	(29.707)	(26.236)	-	-	(26.236)
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(274.780)	(1.684)	(35.456)	(311.921)	(336.530)	(11.774)	(8.797)	(357.101)
Pessoal e Administradores	(42.979)	-	-	(42.979)	(69.784)	-	-	(69.784)
Entidade de previdência privada	(4.031)	-	-	(4.031)	(1.173)	-	-	(1.173)
Material	(15.742)	-	-	(15.742)	(16.077)	-	-	(16.077)
Serviços de Terceiros	(28.538)	-	-	(28.538)	(55.531)	-	-	(55.531)
Arrendamento e Aluguéis	(3.342)	-	-	(3.342)	(10.045)	-	-	(10.045)
Seguros	(2.461)	-	-	(2.461)	(2.419)	-	-	(2.419)
Provisões	(5.633)	-	-	(5.633)	(38.848)	-	-	(38.848)
Tributos	(50)	-	-	(50)	(776)	-	-	(776)
Depreciação e Amortização	(101.057)	-	(35.456)	(136.513)	(87.354)	-	(8.797)	(96.151)
Amortização de Ágio	(68.608)	-	-	(68.608)	(64.430)	-	-	(64.430)
Gastos Diversos	(4.024)	-	-	(4.024)	(1.866)	-	-	(1.866)
Outras Receitas Operacionais	1.684	(1.684)	-	-	11.774	(11.774)	-	-
Resultado da Atividade	1.006.213	-	(35.456)	970.756	57.448	-	(8.797)	48.651
Equivalência Patrimonial	707.007	139	(4.232)	702.915	629.309	(16)	347	629.640
Resultado Financeiro	(232.734)	(139)	-	(232.873)	(180.010)	16	445	(179.549)
Receitas Financeiras	26.044	-	-	26.044	28.352	-	-	28.352
Despesas Financeiras	(258.778)	(139)	-	(258.917)	(208.362)	16	445	(207.901)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.480.486	-	(35.456)	1.440.798	506.747	-	(8.005)	498.742
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10.343	-	12.055	22.398	290.914	-	2.840	293.754
Resultado Líquido do Exercício	1.490.829	-	(27.633)	1.463.196	797.662	-	(5.165)	792.496

a) **Reclassificações no Societário:** Diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias.

b) Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	5.728.681	5.864.403
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(308.884)	(335.948)
Ajustes regulatórios nas subsidiárias	(7.883)	(8.451)
Patrimônio líquido regulatório	5.411.914	5.520.003

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

	2021	2020
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	35.456	8.797
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas subsidiárias	-	(347)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	(445)
	35.456	8.005
Tributos Diferidos		
Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34%	(12.055)	(2.840)
Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		
Efeito Líquido	23.401	5.165

A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

	2021	2020
Lucro líquido conforme contabilidade societária	1.463.196	792.496
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Ajuste do Custo Atribuído - Mais Valia	23.401	5.957
Equivalência patrimonial - Mais valia reflexa	4.232	(347)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	(445)
Lucro líquido regulatório	1.490.829	797.662

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2021	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	31 anos	31.719	66.270	68.911	1.295.914	1.462.814
Projetos de construção de usina	5 anos	743	180	151	-	1.074
Total		32.462	66.450	69.062	1.295.914	1.463.888

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de março de 2022, a Companhia captou recursos junto ao banco Sumitomo Mitsui Brasil S.A. no montante de R\$ 294.000 e que não apresenta impactos nos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0